



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Mariana Caio Zidorio

**CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR: O PERFIL DE SENADORAS E SENADORES
ELEITOS EM 2018**

Brasília, 2021.

Mariana Caio Zidorio

**CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR: O PERFIL DE SENADORAS E SENADORES
ELEITOS EM 2018**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Danusa Marques.

Brasília, 2021.

DEDICATÓRIA

A minha mãe, pai, avó, avô e madrinha que são meus grandes incentivadores nas batalhas da vida, a base da minha existência e meus eternos amores.

RESUMO

O capital político familiar é importante nas eleições e está presente em grande parte do parlamento brasileiro. O presente trabalho identifica quem são os detentores de capital político familiar eleitos em 2018 para o Senado Federal e analisa o perfil dessas senadoras e desses senadores, observando a relação entre capital familiar e aspectos sociais e políticos da trajetória desses eleitos. A abordagem metodológica foi quantitativa e qualitativa acerca do perfil desses congressistas. Foi feito mediante levantamento de informações através dos sites do Senado Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Banco de Processamento de Dados do Senado, Histórico Bibliográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (DHBB-CPDOC/FGV), sites oficiais das parlamentares e em outras fontes, como jornais ou revistas de acompanhamento parlamentar, buscando mapear aspectos da trajetória de cada um. A análise levou a detecção do perfil mais comum desses parlamentares: homens, com ensino superior completo, casados, com mais de 60 anos, com filhos, com capital econômico, brancos, de partidos inclinados a direita e ao centro e eleitos pela região nordeste.

Palavras-Chave: capital familiar; parentesco político; família política. carreira política; Senado Federal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR.....	15
3. DINASTIAS POLÍTICAS	18
4. PARENTESCO E ELEITOS.....	27
5 . PERFIS BIOGRÁFICOS.....	28
6. SENADORES ELEITOS EM 2018	36
6.1. Eleitos em 2018 detentores de capital familiar	40
7. ANÁLISES DO PERFIL DOS ELEITOS DETENTORES DE CAPITAL FAMILIAR.....	45
8. CONCLUSÃO.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	55
ANEXOS.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Acre

AL: Alagoas

AM: Amazonas

AP: Amapá

BA: Bahia

CE: Ceará

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

DEM: Democratas

DF: Distrito Federal

ES: Espírito Santo

GO: Goiás

MA: Maranhão

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MG: Minas Gerais

MS: Mato Grosso do Sul

MT: Mato Grosso

NOVO: Partido Novo

PA: Pará

PB: Paraíba

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PE: Pernambuco

PFL: Partido da Frente Liberal

PHS: Partido Humanista da Solidariedade

PI: Piauí

PODE: Podemos

PP: Progressistas

PPS: Partido Popular Socialista

PR: Paraná

PR: Partido da República

PRB: Partido Republicano Brasileiro

PRB: Partido Solidariedade

PRODASEN: Processamento de Dados do Senado

PROS: Partido Republicano da Ordem Social

PRP: Partido Republicano Progressista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSC: Partido Social Cristão

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTC: Partido Trabalhista Cristão

PV: Partido Verde

REDE: Rede Sustentabilidade

RJ: Rio de Janeiro

RN: Rio Grande do Norte

RO: Rondônia

RR: Roraima

RS: Rio Grande do Sul

SC: Santa Catarina

SE: Sergipe

SP: São Paulo

TO: Tocantins

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Classificação ideológica dos partidos políticos de acordo com CAMPOS e MACHADO, 2020.

1. INTRODUÇÃO

O capital político familiar é importante nas eleições e está presente em grande parte do parlamento brasileiro (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Pertencer a famílias com tradição na política propicia o ingresso nas estruturas de poder político por acessar o capital político como o “negócio” da família, entendendo como ele “funciona” (NOBRE, 2017). De acordo com Bourdieu (1989), o capital político é uma forma de capital simbólico e dependente do reconhecimento dado pelos próprios membros do campo político. O capital familiar também é um tipo de capital político. Dessa forma, um recorte em relação ao sexo também se faz interessante para demonstrar se existem padrões de perfil diferentes para eleitas e eleitos.

A pesquisa e monitoramento acerca do capital político familiar é fundamental para a identificação de padrões recorrentes da inserção e permanência nessa área, do reconhecimento social de atores políticos, da importância de estabelecer relações entre parentesco e o acesso à esfera da representação política para vitória nas eleições.

O ano das últimas eleições gerais brasileiras, 2018, foi regido por diversos acontecimentos marcantes. Em 2016, houve a deposição, por parte do Parlamento, da presidenta Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2018, o então presidente Michel Temer decretou pela primeira vez, desde o estabelecimento da Constituição de 1988, uma situação oposta ao Estado democrático de direito em situações de suspensão de direitos causada por descontrole institucional. Com isso, iniciava-se a intervenção federal no Rio de Janeiro, que foi encerrada no dia 31 de dezembro de 2018. Em março de 2018, a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados por motivação política quando voltavam de um evento e, ainda, os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve motivada pelos aumentos sucessivos no preço do diesel, que parou o país.

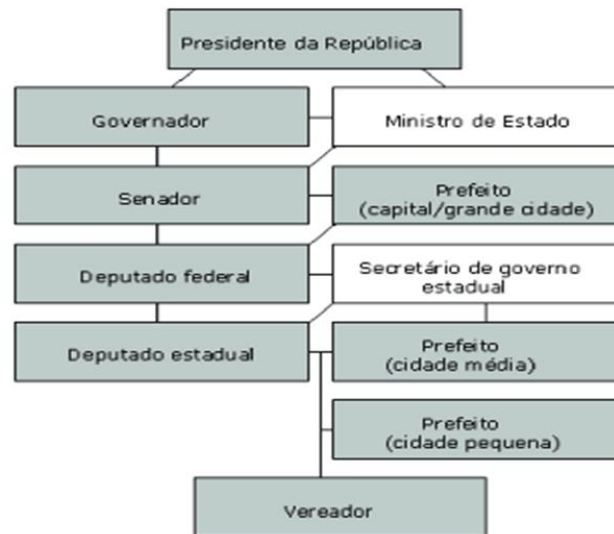
Nesse ano ainda houve aumento do número de imigrantes venezuelanos que buscaram o Brasil como consequência da crise que enfrentavam em seu país com a reeleição de Nicolás Maduro. Em abril, o ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva foi preso pela Operação Lava Jato e condenado a 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, isso o retirou das eleições de outubro de 2018, tendo seu vice na chapa, Fernando Haddad, assumido a disputa. Contudo, o julgamento do STF extinguiu todas essas ações, apontando a parcialidade

do juiz Sérgio Moro. No mês de setembro, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro sofreu um atentado a faca, durante um evento de sua campanha eleitoral e em outubro foi eleito Presidente da República (POLITIZE, 2019).

Nesse mesmo pleito, foram eleitos os membros do Congresso: 513 deputados federais e 54 senadores (dois terços do total). O Senado Federal (SF), criado em 25 de março de 1824 pela Constituição Imperial brasileira de 1824 e instalado nos primeiros anos do Império do Brasil, ainda no Rio de Janeiro, passou por diversas mudanças nos regimes políticos distintos desde então e tem hoje 81 senadores. No que diz respeito às categorias profissionais que ocuparam as cadeiras do Senado ao longo das décadas, não foi verificado no Império e na Primeira República variação significativa em termos de distribuição profissional de seus membros, o que ratifica a estabilidade e *status quo* como características do SF com predomínio de servidores públicos, magistrados e proprietários rurais (NEIVA, 2014).

A discussão sobre os padrões de acesso a cargos políticos e sobre a movimentação entre cargos legislativos e executivos revelam aspectos da interação entre as esferas sociais e político-institucionais da democracia (COSTA, 2018). Para o regime democrático da Nova República, instituído em 1988, Luis Felipe Miguel (2003) nos indica que há uma "estrutura da carreira política no Brasil" que indica o caminho mais comum na trajetória política dos parlamentares (figura 1). O cargo de vereador está disposto na base, como entrada na vida eleitoral, e o de presidente da república no topo dessa estrutura, como o cargo eletivo mais alto no país. Ainda que estabelecida de forma intuitiva, devido à escassez de estudos a esse respeito, essa hierarquia coloca os senadores entre algumas das posições mais altas.

Figura 01: Estrutura da carreira política no Brasil



Nota: As caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular.

Fonte: Miguel, 2003.

A hierarquização dos cargos se deve ao poder efetivo de cada um e à visibilidade de que dispõem, a qual é alterada ou reafirmada pelos meios de comunicação de massa diariamente. Quem está na base da pirâmide geralmente pretende ascender de posição, contudo o número de vagas em cada etapa superior é cada vez menor, gerando, dessa forma, uma competição permanente (MIGUEL, 2003).

Para candidatar-se ao cargo de senador, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina ser necessário ter idade mínima de 35 anos, nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral no estado que vai representar, ser filiado a um partido e ter alistamento junto a Justiça Eleitoral.

O presente estudo procurou delinear o perfil de senadores eleitos bem como estabelecer relações entre a detenção de capital familiar e características do perfil desses senadores, a fim de compreender o impacto da família política na trajetória destes membros da Câmara Alta brasileira. A população para estudo são senadores e senadoras detentores de capital político de familiares no Brasil. A amostra dos senadores com capital familiar são aqueles eleitos no ano de 2018 (54 parlamentares).

A abordagem metodológica foi quantitativa com análise de estatísticas descritivas, para se entender a distribuição do perfil desses congressistas. Ademais, foi traçado um perfil comparativo em relação aos aspectos políticos e sociais dos parlamentares para análise dos dados buscados.

A metodologia dessa pesquisa se baseou na prosopografia. Realizou-se coleta de dados sobre a trajetória política e o perfil dos senadores com capital político familiar eleitos em 2018 a fim de especificar quem são os nomes que cresceram em um ambiente familiar de socialização política. Foi identificado perfil social e político desses parlamentares; bem como a relação entre ter essa socialização política na família e aspectos do perfil dos eleitos. Definiram-se, também, as trilhas percorridas pelos senadores eleitos em 2018 antes da passagem pelo Senado, controlando-se pelo seu sexo. A identificação dos eleitos em 2018 detentores de capital familiar se deu mediante levantamento de informações através dos sites do Senado Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Banco de PRODASEN, Histórico Bibliográfico Brasileiro do CPDOC/FGV, sites oficiais das parlamentares e em outras fontes, como jornais ou revistas de acompanhamento parlamentar buscando aspectos da trajetória de cada um. A intenção foi não limitar a base de dados às informações oficiais, que, por vezes, não aborda completamente os aspectos para a pesquisa. Foram identificados aspectos do perfil social e político descritos a seguir.

Perfil Social:
· Sexo;
· Grau de instrução;
· Conjugalidade;
· Faixa etária;
· Ocupação declarada;
· Parentalidade;
· Idade dos filhos, se houver;
· Capital econômico (se é dono ou sócio de empresa);
· Raça.
Perfil Político:

· Partido político pelo qual foi eleito ou eleita;
· Região e estado pelos quais foi eleito ou eleita;
· Parente político;
· Sexo do parente político;
· Último cargo ocupado pelo parente político;
· Cargos públicos eletivos já ocupados;
· Cargos públicos não eletivos já ocupados;
· Origem da militância (associações da sociedade civil), se houver;
· Direção de parentalidade dos detentores de capital familiar

Para analisar a variável direção de parentalidade foi considerado como de direção ascendente o parlamentar que passa a socialização política familiar; como descendente o parlamentar que “recebe” essa socialização política; e como horizontal o parlamentar que é irmão, irmã, prima ou primo de quem ocupou ou ocupa cargos eletivos públicos ou cargos de confiança de primeiro escalão.

Busco verificar, para o SF, as hipóteses de que as relações político-familiares são mais presentes em eleitas do sexo feminino, de partidos do centro e da direita, da região norte e nordeste (baseando-se nos achados de MIGUEL, MARQUES, MACHADO; 2015, para a Câmara dos Deputados) e experientes na política (baseando-se nos achados de ARAUJO, 2011, também para a Câmara dos Deputados). Além disso, espera-se que o perfil geral dos senadores revele que eles têm um alto nível de escolarização, ocupações de prestígio e vinculadas ao direito e ao funcionalismo público (em diálogo com os achados de CODATO; MASSIMO; COSTA, 2017). A análise descritiva e comparativa dos perfis procurou relatar o comportamento da amostra de estudo e verificar se os resultados encontrados confirmam as hipóteses de que as relações político-familiares são mais presentes em um determinado perfil de eleitos. O trabalho responde à pergunta de qual o perfil das senadoras e dos senadores detentores de capital político familiar eleitos em 2018.

2. CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR

O capital simbólico de um campo é um “crédito social” ou algo que depende da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 1986, 1980) e faz com que os dominados reconheçam reconhecimento dos dominantes devido ao desconhecimento da desigualdade que os permite alcançar a competência que transita socialmente como um talento inato (MIGUEL, 2003).

O capital político, que é o foco deste capítulo, também é uma espécie de capital simbólico. Aquele constitui-se em partes de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do necessário à prática da política) (MIGUEL, 2003). Ele é uma das maneiras possíveis que permite ao agente acessar e progredir no campo político.

Pode haver diversas fontes de capital, dentre elas o capital econômico, o midiático, a participação em diferentes movimentos sociais, a direção de sindicatos e federações de trabalhadores ou patronais, a atuação profissional que permite a formação de uma rede de contatos, a vinculação com religião organizada, o capital político do próprio campo e o capital familiar, ou seja, quando o prestígio ou os contatos de parente com liderança política beneficiam o parlamentar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Quando é *delegado* de posições e práticas do próprio campo político (como o capital familiar), consideramos capital político; quando é operado como reconhecimento de outro campo trazido para a política (como o capital econômico), chamamos de capital *convertido*.

A forma de ingresso na carreira política e o acesso aos cargos políticos pode ser determinada por regras formais como idade mínima para ser candidato e organização do sistema partidário e eleitoral; e informais como capital social, relações de parentesco, ocupação profissional e capital econômico (NORRIS; SIAVELIS, 1997, 2005).

Marcada pela endogenia, muitas vezes a carreira política dos parlamentares se inicia e se fortalece devido a pais, cônjuges ou outros parentes próximos que ocupam cargos ou funções de destaque na política. “É a esfera da política um dos espaços em que a família se torna sentido de ampliação dos capitais” (MONTEIRO, 2016). Miguel, Marques e Machado (2015) concluem que, para além da própria ocupação de cargos

eletivos, a presença de família política é a segunda via principal de acesso à Câmara dos Deputados no Brasil, depois apenas do capital econômico.

É possível que a relação familiar tenha pouco ou nenhum impacto nas trajetórias políticas e aquele relacionamento não tenha contribuído para alavancar a carreira de qualquer um dos dois. Contudo, trata-se de situações de exceção. A existência de uma rede de apoio político advinda de vinculações familiares é importante para o sucesso eleitoral de qualquer parlamentar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

O capital político familiar opera:

(...) pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando o acesso aos códigos do métier e às redes de compromissos e lealdades. E opera também pela formação de clãs políticos, cujos integrantes são estimulados ou mesmo constrangidos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes deixam para trás. Assim, é relativamente frequente que um político que passa da política municipal para a estadual ou dessa para a federal mobilize recursos para colocar um filho, cônjuge ou irmão disputando o cargo que deixou vago (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015, p. 727).

Segundo Ferreira (2019), em uma análise do capital político no decorrer do tempo, o capital familiar não era uma forte fonte de poder político para os senadores da Primeira República, visto que a maioria dos eleitos em todas as regiões do país não possuíam influência familiar. Ferreira conclui que o único senador que tinha influência em nível municipal encontrava-se na região Sul, os demais senadores com algum vínculo familiar na política, nível estadual e federal, estavam concentrados na região Nordeste e Sudeste, principais regiões agrícolas do país na época. É possível constatar diversos padrões de capital político, que apresentam pesos diferentes a depender do período em questão. O *status social* era de grande importância na Primeira República, porque possibilitava a circulação em espaços fundamentais para a ascensão em partidos políticos e para angariar apoio dos chefes locais que controlavam o sistema eleitoral. Mesmo depois desse período, os políticos eram aqueles que seguiam a mesma lógica da Primeira República: detinham recursos econômicos, diploma, boa reputação e profissão de prestígio, a qual permitia o ingresso na política, visto que por meio dela outros recursos (econômico e reputação) eram obtidos (FERREIRA, 2019).

A mudança do regime político da Primeira República pode ser traduzida como uma diversificação do perfil da elite parlamentar do novo sistema político: há mudança na circulação de pessoas que podem ocupar as vagas na política e na possibilidade

de concorrer a um cargo eletivo. O recrutamento político passa dos notáveis para uma escolha entre as massas (FERREIRA, 2019).

Socialmente existem lógicas que fazem os indivíduos ingressarem em alguns espaços e, mesmo “livres”, as eleições seguem nesse sentido. Nos anos de 2002, 2006 e 2010, a proporção de deputadas e deputados com vínculo político familiar foi maior entre os partidos de direita e centro e nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). O acesso a cargos também é fruto de diversas trocas: cargos, votos, indicações, encaminhamento de pedidos, interferência em processos burocráticos etc. (KUSCHNIR, 2000) e estar em uma família de políticos possibilita o acesso de forma mais fácil e direta a essas redes de troca.

As famílias constituem uma estrutura de poder político e econômico e de dominação política, a qual perpassa o tempo num acúmulo constante de poder. A elite política e a elite econômica se ligam muitas vezes no que diz respeito aos seus interesses e, mascarados pela lógica de competição e pelo discurso do mérito, o acesso desigual às instituições e os “privilégios” e a “hereditariedade” prevalecem no Estado de forma velada. Quanto maior o volume de capital, maior também a probabilidade dos detentores desse capital ocuparem cargos de liderança e alta reputação. Por conseguinte, a falta de acesso a canais que confirmam reconhecimento no campo político, ou seja, o capital político, faz com que os demais estejam situados no polo dominado dessa relação (MONTEIRO, 2016). Nascer nessas famílias políticas é ser reconhecido socialmente e ter o caminho do entendimento dos trâmites políticos encurtados.

De acordo com Santos (2000), ao analisar dados de *background*, é possível notar na década de 1990 uma incorporação de mulheres ao Senado Federal (de 1% em 1967 para 5,8%, em 1987); uma estabilidade da faixa etária (68% concentrados na faixa dos 40 a 59 anos); e mudanças no grau de instrução. Segundo esses mesmos dados de *background*, o senador típico da década de 1990 poderia ser descrito como um homem, acima de 50 anos, com nível superior, advogado, com passagem por cargo eletivo, preferencialmente legislativo.

Ao longo da década de 1990, o nível de instrução dos senadores tem-se mantido na faixa superior: a média da década foi de 97% de senadores com nível superior. O que nos mostra um fechamento ainda maior do Senado, sendo uma instituição mais

elitizada, com alta participação de políticos experientes. Por isso, o SF apresenta-se como um *locus* privilegiado do ponto de vista da socialização política, com indivíduos em nada estranhos à carreira (SANTOS, 2000). O estudo desenvolvido por Monteiro (2016), o qual tem como foco a elite política paraibana, evidenciou uma forte relação entre parentesco e representação política ao longo do período de 1985-2015. Dos 12 parlamentares da bancada da Paraíba na 54ª Legislatura na Câmara dos Deputados, 11 estão vinculados às redes de parentesco político no Estado (MONTEIRO, 2016).

O estudo de Canedo (1994), focado em Minas Gerais, mostra que o estado segue a mesma lógica: os políticos mineiros escreveram sua memória, deixando-a escondida nas dobras de genealogias. Essa elite política mineira, organizada em torno de suas redes de parentesco, controla a política do Estado do nível local ao nacional. Sua distribuição ocupacional demonstra a relevância dos laços de parentesco, vista a longa permanência de certos nomes dentro da política (CANEDO, 1994). O autor afirma que o pertencimento a uma rede de parentesco político traz um potencial considerável de sucesso para um candidato às funções públicas. Todavia, apenas alguns membros da família tornam-se mandatários, visto que a transmissão de mandatos está atrelada a disposição em se tornar detentor dele (CANEDO, 1997).

Os mineiros eleitos para altos cargos nos anos 1950 vinham de uma família de políticos com prestígio e poder que se misturava a jogo de relações determinadas no período do Império. Mesmo com as mudanças de regime, essas relações permaneceram e se reatualizaram. Sobreviveram à introdução do pluripartidarismo, à liberação das reuniões públicas, ao aumento da concorrência eleitoral, à liberdade de imprensa e ao aumento dos espaços de ação do governo (CANEDO, 2002).

Em 6 dos 22 casos estudados por Canedo (2002) foram identificadas hereditariedade política.

No geral, a biografia da maioria dos políticos herdeiros estudados mostra a importância da precocidade política, fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenham: domínio da cultura familiar e o da cultura política (CANEDO, 2002, pp. 181-182).

3. DINASTIAS POLÍTICAS

É considerada dinastia uma sequência de reis ou poderosos de uma mesma família que se sucedem no trono ou no governo (DICIO, 2009). No Brasil, mesmo no período republicano, famílias também permaneceram no poder por longos períodos. Entendidas como famílias com tradição na vida política, conseguem reproduzir o seu capital político para seus descendentes preparados para o jogo político, socializados para este objetivo. Isso perpassa nossa história política até hoje, em um período "teoricamente" de competição política livre em que todos deveriam ter as mesmas chances de vitória no jogo político.

Entender dinastias políticas, suas redes, a transmissão do capital político aos seus descendentes e apadrinhados, seu modo de ser e seus códigos, passa, antes de tudo, pela compreensão de um poder praticamente invisível, o qual o mando e a submissão são vivenciados de forma velada. Isso promove o mascaramento e a continuidade da dominação social. A construção das genealogias familiares revela como as redes de parentesco e de "filiações simbólicas" se posicionam na construção dessa mesma genealogia e na formatação do campo político (FERNANDES, 2017).

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em geral os parentes mais próximos (pais, filhos e cônjuges) compartilham o mesmo perfil político e ideológico em 2018. O número alto de parentes concorrendo e se elegendo a cargos nos governos, nas suas três esferas, é uma forma de comprovar que os partidos não investem em formação política e cívica, as quais motivariam uma diversidade de pessoas com vocação para a liderança e o exercício de cargos públicos. Acabam, assim, recrutando mais do mesmo. Esse déficit de quadros políticos favorece a continuidade da circulação dos mesmos grupos no poder, com a transferência hereditária do poder entre as famílias.

As dinastias sediadas em diversas regiões são um relevante símbolo de uma prática que, apesar de toda a onda antissistema, continua forte nas eleições: a política em família. Ou em famílias. Isso não é um fenômeno exclusivamente brasileiro e acontece nos maiores regimes do norte global, como nos Estados Unidos da América, com suas dinastias Bush, Clinton, Kennedy etc.

Em um estudo publicado no ano de 2014, a Transparência Brasil identificou que quase a metade dos membros da Câmara e do Senado alavancou parentes ou foi por eles promovido, com percentual mais alto entre nordestinos, mulheres e detentores de concessão de rádio e TV (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). De acordo com um

levantamento realizado pela Folha nos registros da Justiça Eleitoral, as principais dinastias políticas do Brasil lançaram mais de 60 candidatos nas eleições de outubro de 2018. O Congresso bateu recorde de renovação nestas eleições, contudo a chamada “bancada dos parentes”, formada por deputados e senadores que têm familiares na política, não mostrou sinais de perda de força. Algumas dinastias políticas saíram perdedoras e outras foram reforçadas ou tiveram revezamento entre gerações. Houve um aumento de mais 22% em relação a 2014 (CARTA CAPITAL, 2018).

Os dados do Diap (2018) mostram que, com a renovação nesta eleição, no Senado Federal a bancada de parentes diminuiu, de 39 para 24 senadores, contando com os possíveis suplentes e com aqueles que têm seus mandatos até 2023. Entre os partidos, o MDB conta com 8 senadores; PSD e PP com 3 cada; o PTB, o PSDB e o Podemos com 2 senadores cada. E DEM, PHS, PSB e PDT, com 1 cada.

A bancada feminina da Câmara dos Deputados eleita em 2018 também retrata a continuidade das dinastias. Nesta eleição, o número passou de 51 para 77 deputadas no total, sendo que muitas são filhas, irmãs, netas e esposas de políticos. Das 77 deputadas eleitas, pelo menos 28 têm esse tipo de laço (CARTA CAPITAL, 2018).

Existem, ainda, parlamentares que tem problemas na Justiça e mesmo assim promoveram bem-sucedidas candidaturas de parentes. O ex-governador José Roberto Arruda, cassado e preso em 2010, emplacou sua esposa Flávia Arruda (PR), atual Ministra da Secretaria de Governo da Presidência da República do governo Bolsonaro, como a deputada mais votada do Distrito Federal. Em Rondônia, o senador licenciado Ivo Cassol (PP), inelegível após uma condenação por fraude, elegeu a irmã, Jaqueline Cassol (PP), como deputada. Ambos são filhos de um ex-deputado federal.

Soraya Santos (PR-RJ) também é um caso de eleita com capital familiar: casada com o ex-deputado Alexandre Santos, antigo aliado de Eduardo Cunha, hoje é deputada federal. Outro exemplo é Dulce Miranda (MDB), esposa de Marcelo Miranda, ex-governador de Tocantins. Rejane Dias (PT), deputada mais votada do Piauí, é esposa do governador Wellington Dias (PT), que também foi reeleito (CARTA CAPITAL, 2018).

A maioria das instituições políticas brasileiras ainda são atravessadas, em algum grau, por famílias políticas: o sistema judicial, os Tribunais de Contas, os grandes

grupos da mídia, os cartórios, o empresariado ligado ao orçamento público. Algumas famílias políticas mostram ter inserções estatais e políticas contínuas desde as Câmaras do período colonial, com presença no parlamento desde o período Imperial, nas diversas conjunturas republicanas ao longo do século XX e continuando no século XXI (OLIVEIRA, 2016). Um exemplo disso é a deputada Teresa Cristina, atual ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, que é bisneta de Pedro Celestino Corrêa da Costa e neta de Fernando Corrêa da Costa, ex-governadores de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso do Sul ainda não existia, até o ano de 1979 tínhamos apenas o Mato Grosso. O avô de Pedro, Antônio Correia da Costa, exerceu o governo em durante a Regência em 1831, depois em 1840, e em 1842 a 1843. O seu irmão, chamado Antônio Correia da Costa, também exerceu o governo em 1895 a 1898. Ainda, Mário Correia da Costa, filho de Antônio, e Fernando Corrêa da Costa, filho de Pedro Celestino, também governaram o estado. Ou seja, são definitivamente dinastias.

Nem toda família política é também uma dinastia. A dinastia mostra perpetuação da mesma família no poder, por décadas, já a família política é, simplesmente, ter familiar na política e aproximação com as regras do campo.

Esse acúmulo de poder tem permitido, mesmo no contexto mais competitivo da Nova República, a constituição de dinastias políticas que se reproduzem ao longo do tempo, como discutido no capítulo anterior. No Brasil, especificamente, as “famílias políticas” são, na maior parte das vezes, as que detém expressivos montantes de capital econômico e capital político familiar, também constituem uma rede de relações duráveis entre agentes que estão posicionados em cargos estratégicos no mercado e no Estado, o que faz o volume do capital social ampliar (MONTEIRO, 2016).

De acordo com levantamento da Folha de São Paulo sobre as dinastias políticas do Brasil, que lançaram mais de 60 candidatos nas eleições 2018, um dos grandes clãs políticos é o que encabeça José Sarney (MDB), ex-presidente da República (1985-1990), sem mandato atualmente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Entre 1958 e 1965, exerceu dois mandatos como deputado federal. Inicialmente se opôs ao golpe militar de 1964, contudo, no ano seguinte, com a instituição do bipartidarismo, entrou para a Aliança Renovadora Nacional, a Arena, o partido governista (MEMÓRIAS DA DITADURA, n.d.). No nível local, desbancou Vitorino Freire, até então principal coronel político do Maranhão. Ainda, governou Maranhão (1966-1970) e foi senador pelo

Maranhão (1971 a 1985) e pelo Amapá (1991 a 2015), que se tornou estado em 1990. Foi o primeiro Presidente da República na transição democrática, de 1985 a 1990, com o falecimento de Tancredo Neves (outro chefe de dinastia política, mas de Minas Gerais). Tem os filhos Roseana Sarney (primeira governadora eleita no país e senadora) e Sarney Filho (deputado federal com nove mandatos, ministro dos governos FHC e Temer) e o primo Adriano Sarney (deputado estadual) de parentes na política.

Em Alagoas, a família Calheiros, cuja principal referência é o atual senador Renan Calheiros, que presidiu o Senado e foi Ministro da Justiça no Governo FHC, já conseguiu eleger muitos parentes. Dentre eles: Renan Filho (filho), atual governador de Alagoas; Olavo Neto (sobrinho), como Prefeito de Murici (AL); Olavo Calheiros (irmão), como deputado estadual; Remi (irmão), como prefeito de Murici, entre 1999 e 2003, e presidente da Fundação Ulysses Guimarães, até janeiro de 2001; e Renildo Calheiros (irmão), com atuação política em Pernambuco.

No mesmo estado, Fernando Collor de Melo, filho do ex-senador e ex-governador Arnon de Melo e presidente da República de 1990 a 1992, também tem parentes políticos, como seu filho Fernando James, que foi candidato a Deputado Federal em 2018.

Os Barbalho, do estado do Pará, também lançaram familiares para a política: Jader (MDB), senador reeleito; seu filho Helder, governador, e duas ex-esposas, Elcione Barbalho e Simone Morgado, deputadas federais, e o primo Priante Jr., também eleito para Câmara dos Deputados.

Em Minas Gerais, as famílias Andrada e Neves/Cunha são conhecidas na política da região. José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como patriarca da independência e um dos principais políticos da época de 1763-1838, lançou pelo menos 4 nomes. Bonifácio de Andrada, o qual entrou na Câmara em 1979; Lafayette Andrada (filho de Bonifácio) deputado federal; Doorgal Andrada (filho de Bonifácio) deputado estadual; e Toninho Andrada (filho de Bonifácio) ex-candidato a deputado estadual. Já Tancredo Neves, que foi Ministro de Getúlio Vargas, eleito indiretamente presidente da República na transição para a democracia e falecido em 1985, tem sua neta Andrea Neves e seu neto Aécio Neves na política. Aécio Neves foi senador, ex-presidente da Câmara, governou Minas Gerais e foi candidato a presidência da República (2014); hoje, é deputado federal

A família Arraes e Coelho dominam Pernambuco. Miguel Arraes, principal político da família Arraes, foi governador do estado e lançou pelo menos 7 familiares na área. Dentre eles, Eduardo Campos, que foi governador, e Marília Arraes (neta), que foi vereadora em Recife e é deputada federal. João Campos, eleito deputado em 2018 e prefeito do Recife em 2020. Nilo Coelho, ex-governador, também tem alguns familiares políticos como o senador Fernando Bezerra Coelho, o prefeito de Petrolina, Miguel Coelho e o deputado e ex-ministro Fernando Bezerra Coelho Filho, filho do mencionado senador Fernando Bezerra Coelho.

No Ceará, o ex-prefeito de Fortaleza, ministro, governador e deputado Ciro Gomes tem primo, irmãos e parentes na política. Dentre eles, o senador Cid Gomes e o deputado estadual Tin Gomes, além de sua ex-esposa Patrícia Gomes, que foi senadora.

De acordo com reportagem de Carta Capital (2018), no Rio Grande do Norte metade das vagas para deputado federal foram ocupadas por parentes. Esse estado tem a família política Maia e Alves como principais na política. O ex-ministro e ex-governador Aluizio Alves conta com sobrinhos, netos e filhos políticos, como é o caso de Garibaldi Alves Filho, Carlos Eduardo Alves e Henrique Eduardo Alves. Já o ex-governador e senador José Agripino Maia tem os primos e filhos, entre eles Zaneide Maia e Marcia Maia, na política.

A família baiana de Antônio Carlos Magalhães, que foi governador e senador da Bahia e prefeito de Salvador, elegeu muitos familiares ao parlamento, como o vereador Paulo Magalhães Junior, o ex-presidente da Câmara dos Deputados (já falecido) Luís Eduardo Magalhães, o ex-prefeito Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, o deputado federal Paulo Magalhães, entre outros.

Na Paraíba, o senador Ronaldo Cunha Lima tem filhos, netos e sobrinhos no governo, como Cássio Cunha Lima, Pedro Cunha Lima, Bruno Cunha Lima e Arthur Cunha Lima.

O Distrito Federal não se diferencia. A família do já falecido Joaquim Roriz construiu esse capital colocando netos, filhas, sobrinhos e ex-esposa no mesmo meio, como é o caso de Liliane Roriz, Jaqueline Roriz (filhas) e Weslian Roriz (esposa de Joaquim).

Igual ocorre no Paraná com as famílias de Ricardo Barros, de Beto Richa e de Roberto Requião, que são deputado federal, ex-governador e senador, respectivamente.

Em São Paulo, os Tattos ocuparam os cargos de vereador, deputado federal e deputado estadual. As famílias Covas, Montoro, Tuma e o ex-casal Suplicy não ficam atrás, mostrando que o vínculo com família política perpassa por lideranças de partidos de diversas ideologias políticas.

No Rio de Janeiro, algumas das famílias principais do jogo político são a Garotinho e a Bolsonaro. O ex-deputado federal Anthony Garotinho tem sua esposa e filhos envolvidos na política. Rosinha garotinho (esposa) foi governadora do estado e Clarissa Garotinho (filha) é atual deputada. Já o atual Presidente da República Jair Bolsonaro lançou diversos nomes na cena, como o de seus filhos Flávio (atual senador e ex-deputado estadual), Eduardo (atual deputado federal) e Carlos (vereador há vários mandatos na cidade do Rio de Janeiro). Ainda, temos Rodrigo Maia, que exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados até fevereiro de 2021 e está em seu sexto mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ele é filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, primo do ex-senador José Agripino Maia e genro de Wellington Moreira Franco. Franco é casado desde 1995 com Clara Maria Vasconcelos Torres Moreira Franco, filha do político fluminense João Batista de Vasconcelos Torres (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Em Santa Catarina, as famílias dos Amin e dos Bornhausen se destacam. Esperidião Amin, que foi prefeito (1975-1978) e (1989-1990), governador (1983-1987) e (1999-2003), deputado (2011-2019) e senador (1991-1999) e (2019) tem os familiares João Amin, Ângela Amin e Elaine Amin na política. Já Irineu Bornhausen, que foi vereador e prefeito de Itajaí, governador de Santa Catarina (1951 a 1956), deputado federal por Santa Catarina (1959 a 1963) e senador (1959 a 1967), tem os familiares Jorge Bornhausen e Paulo Bornhausen na política (WIKIPÉDIA, 2021).

Em Goiás, Iris Rezende, que foi ministro da Agricultura (1986-1990), ministro da Justiça (1997-1998), governador por duas vezes, senador e prefeito, tem a esposa Iris de Araújo na política. Ela foi deputada federal por Goiás (2007-2015) e suplente de senadora de Maguito Vilela (WIKIPÉDIA, 2021).

No Espírito Santo, o político Sergio Vidigal que já foi deputado estadual, prefeito e deputado federal, tem sua esposa Sueli Vidigal na política. Sueli foi secretária de Promoção Social, deputada estadual (2002) e deputada federal por duas vezes.

Tem-se, no Piauí, o político Wellington Dias, que já foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Dias tem sua esposa Rejane Dias na política. Ela já ocupou os cargos de deputada estadual (2011-2015) e deputada federal (2015). Ainda, tem-se a deputada e ex-vice-governadora Margareth Coelho que é esposa do deputado Marcelo Coelho e a família de Mão Santa, que teve seu irmão, Paulo de Tarso de Moraes Sousa, nomeado secretário de Fazenda, seu outro irmão, Moraes Souza, secretário de Indústria e Comércio, deputado estadual e federal e seu sobrinho, Moraes Souza Filho, como vereador e prefeito de Parnaíba, deputado estadual e governador do estado do Piauí. Vale ressaltar, também, que a suplente do Senador Ciro Nogueira, que recentemente tomou posse como titular em razão da nomeação do senador para o cargo de ministro da Casa Civil, é sua mãe, Eliane Nogueira.

Em Sergipe, o ex-deputado, senador e governador Antônio Carlos Valadares tem o irmão e pais na política. Seus pais foram prefeitos de Simão Dias e seu irmão José Matos Valadares e seu pai foram ainda deputados estaduais (WIKIPÉDIA, 2021).

Edegar Pretto, do Rio Grande do Sul, tem seu pai era Adão Pretto ex-deputado estadual e deputado federal por cinco mandatos consecutivos na política. O estado também conta com outros políticos que tem familiares na área, dentre eles Juliana Brizola (PDT), que já ficou como primeira suplente do partido no Legislativo gaúcho. Ela é neta do ex-governador Leonel Brizola (G1 Notícias, 2014). Ainda, há José Otávio Germano (PP) que é filho do ex-governador e ex-deputado estadual Otávio Germano. Luís Carlos Busato, que foi secretário estadual de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, é filho do ex-prefeito de Canoas, Luiz Jeronymo Busato. Mendes Ribeiro Filho (PMDB) e Nelson Marchezan Junior (PSDB) são filhos dos ex-deputados Mendes Ribeiro e Nelson Marchezan. Alexandre Roso (PSB) que é filho do ex-vereador de São Leopoldo e Nova Roma do Sul Guerino Roso. Fernando Marroni (PT) e Vilson Covatti (PP) são maridos das ex-deputadas estaduais Miriam Marroni (PT) e Silvana Covatti (PP). Sérgio Moraes (PTB) também tem a família inteira na política: sua esposa, Kelly Moraes, foi prefeita de Santa Cruz do Sul e seu filho,

Marcelo Moraes (PTB), deputado estadual. Darcísio Perondi (PMDB) é irmão do ex-deputado Emídio Perondi e Vieira da Cunha (PDT) é sobrinho do ex-deputado estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha. Um terço da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados tem parentes dentro da política (REPORTER BRASÍLIA, 2011).

No Acre, a família de Gladson Cameli entra nessa lista. Ele já foi governador, senador e deputado federal e é sobrinho do ex-governador do estado Orleir Cameli, falecido em 2013, que governou entre anos de 1995 e 1999. Os ex-governadores do Acre Jorge e Tião Viana, que são irmãos, também entram nessa lista. Já no Estado do Amapá a família Gurgel se destaca. Tem o deputado Vinícius Gurgel, a vereadora Aline Gurgel e as deputadas Telma Gurgel e Aline Gurgel.

A deputada Mariana Carvalho, de Rondônia, tem seu pai, ex-vereador de Porto Velho, deputado federal e vice-governador, na política. Ainda, a deputada Jaqueline Cassol (PP) tem o irmão ex-governador e ex-senador Ivo Cassol (PP).

Em Roraima, destaca-se Romero Jucá, que já foi governador, ministro da Previdência Social e senador. Sua então esposa, Teresa Jucá, foi Coordenadora de Ação Social do governo do marido e, em 1990, foi eleita deputada federal pelo Estado e exerceu mandatos na prefeitura de Boa Vista, capital do celeiro eleitoral dos Jucá. O filho do senador também entrou para a política como deputado estadual. Rodrigo Jucá, conhecido como Juquinha, foi secretário de Saúde de Boa Vista, nomeado pela mãe, Teresa (WIKIPÉDIA, 2021).

Em Tocantins, a família Abreu está presente. O deputado Irajá Abreu tem sua mãe Katia Abreu e o irmão Iratã Abreu na política.

Já Jayme Campos, do Mato Grosso, que foi governador, prefeito e senador, teve o irmão Júlio Campos, que foi governador, deputado federal e senador, e sua esposa Lucimar Sacre de Campos, que foi prefeita, na política.

O senador Waldemir Moka do Mato Grosso do Sul também tem parentes na vida pública. É primo do ex-governador Zeca do PT e do deputado Vander Loubet (PT-MS). Teresa Cristina, do Mato Grosso do Sul, também tem muitos parentes nesse meio, entre eles seu bisavô Pedro Celestino Corrêa da Costa e avô Fernando Corrêa da Costa, ex-governadores de Mato Grosso. (CONGRESSO EM FOCO, 2017).

Os casos citados nos parágrafos anteriores evidentemente não esgotam os casos de família política nos estados brasileiros. Ao contrário, são uma amostra de como se organiza a disputa em nível local, estadual e federal, significando um pequeno recorte da situação de recrutamento político familiar que é bastante recorrente no sistema político brasileiro.

4. PARENTESCO E ELEITOS NO SENADO FEDERAL

Ao analisar os parlamentares eleitos em 2010 com vínculos de parentesco no poder político, Oliveira (2016) entende que as famílias políticas têm uma dinâmica própria. Dos 85 Senadores (titulares e suplentes) com mandato em 2011, 57 têm conexões de parentesco com outros políticos. Dezesete Senadores têm relações de parentesco com Deputados Federais e 8 Senadores são pais de Deputados. Dos 37 novos Senadores eleitos, 25 têm algum vínculo de parentesco com políticos em outras esferas. Além disso, no ano de 2010, 10 estados (AL, MA, PB, PI, PR, RN, RO, SE, SP e TO) tiveram os três senadores fazendo parte de famílias políticas.

Com isso, indica-se que no atual sistema político, o político profissional, que tem muitos recursos e redes de contato, tem também mais chances de se eleger. Já para um político novo e amador eleger pela primeira vez há diversas barreiras. As estruturas de parentesco formam redes políticas de sustentação parlamentar fulcrais nas dimensões da mobilização de amplas redes de recursos políticos e financeiros. A família é uma unidade social e política decisiva (OLIVEIRA, 2016).

No ano de 2010, o PSDB tinha a segunda maior banca de senadores com parentes na política, ficando atrás somente do PMDB, que detinha esse primeiro lugar. Ademais, *todos* os senadores das bancadas do DEM e do PP desse ano detinham conexões de parentesco. Por outro lado, o PT foi o partido que teve a maioria da sua bancada composta por senadores sem vínculos de parentesco. Contudo, os partidos de esquerda não deixaram de apresentar esse fenômeno nas suas bancadas (OLIVEIRA, 2016).

O estudo de Oliveira (2012) também mostra o parentesco na política não se restringe a estados com índices de desenvolvimento mais baixos, que possam ser caracterizados como de uma política mais tradicional e menos modernizada. Esse fenômeno ocorre em todos os estados brasileiros.

No início do século XX, muitos acreditavam que o fenômeno da família política era um fenômeno da República Velha, algo a ser modificado com a modernização do país; contudo, cada vez mais esse fenômeno se torna contemporâneo, do século XXI (OLIVEIRA, 2012). Nas eleições seguintes, em 2014, cerca de dois terços dos senadores também eram membros de famílias políticas.

Nesta pesquisa, verifica-se que os parlamentares mais votados em vários dos estados da federação também apresentam correlação positiva com o pertencimento às famílias políticas, visto que a maioria dos campeões de votos são parlamentares parentes de políticos (OLIVEIRA, 2016).

No ano de 2017, 21 famílias tinham, ao mesmo tempo, representantes na Câmara e no Senado; 10 das 13 senadoras também tinham parentesco com algum político; e 4 senadores tinham parentes como seus suplentes. Os Senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ivo Cassol (PP-RO) escolheram para suplência o pai; Eduardo Braga (PMDB-AM) escolheu a esposa e Edison Lobão (PMDB-MA), o filho. De acordo com o Congresso em Foco (2017), a escolha de parente para a suplência é o segundo critério mais utilizado pelos parlamentares no Senado.

5. PERFIS BIOGRÁFICOS

A fim de enriquecer o entendimento sobre os senadores eleitos em 2018 que possuem capital familiar, foi realizado levantamento dos principais pontos analisados do perfil social e político de cada desses parlamentares.

Perfil dos Senadores Eleitos em 2018 com capital familiar

Sérgio Petecão

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Sérgio Petecão possui ensino médio completo, é casado, tem dois filhos, está na faixa etária de 60 a 64 anos e sua ocupação é senador.

Eleito pelo estado do Acre, região Norte, já esteve no PMN, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSD.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1994-1998) (1998-2002) (2002-2006) e senador (2010-2014) (2014-2018) (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre em 1998 e em 2002.

Em 1988 foi presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo do Estado do Acre.

Senador com capital político familiar, primo de Pedrinho Oliveira, marido de Marfisa Galvão e irmão de Lene Petecão. Seus últimos cargos públicos ocupados foram vereador, vice-prefeita e vereadora, respectivamente.

Renan Calheiros

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Renan Calheiros possui ensino superior completo, é casado, tem dois filhos, está na faixa etária de 65 a 69 anos e sua ocupação é senador.

Eleito pelo estado de Alagoas, região Nordeste, já esteve no PRN, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo MDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1978–1982); deputado federal (1982-1986) (1986-1990) e senador (1994–2002) (2002–2006)(2010-2014) (2014–2018)(2018 -presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, fez assessoria a Fernando Collor (1989); foi Ministro da Justiça (1998-1999); e presidente do Senado Federal.

Presidiu o Diretório Acadêmico (DAC) da área de ciências humanas e sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e se filiou à legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Senador com capital político familiar, filho de Olavo Calheiros Neto, irmão de Renildo Calheiros, Olavo Calheiros e Remi, pai de Renan Calheiros Filho e tio de Olavo Neto. Seus últimos cargos públicos ocupados foram prefeito, deputado federal, deputado estadual, prefeito, governador, prefeito, respectivamente.

Rodrigo Cunha

De sexo masculino, sem capital econômico e raça parda, Rodrigo Cunha possui ensino superior completo, é casado, tem dois filhos, está na faixa etária de 40 a 44 anos e sua ocupação é advogado.

Eleito pelo estado de Alagoas, região Nordeste, foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (2014-2018) e senador (2018). Não ocupou cargos públicos não eletivos

Senador com capital político familiar, filho de Ceci Cunha. Seu último cargos públicos ocupado foi de deputada federal.

Eduardo Braga

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Eduardo Braga possui ensino superior completo, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 60 a 64 anos e sua ocupação é senador.

Eleito pelo estado do Amazonas, região Norte, já esteve no PSD, MDB, PDC, PSL e PPS, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo MDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de vereador (1982-1986); deputado estadual (1986-1990); deputado federal (1991-1992); vice-prefeito (1994-1998); em 1994 assumiu o cargo de prefeito; governador (2002-2006) (2006-2010) e senador (2010-2014)(2014-2018) (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Ministro das Minas e Energia (2014).

Senador com capital político familiar, é marido de Sandra Backsmann Braga. Seu último cargo público ocupado foi de senadora.

Ângelo Coronel

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Ângelo Coronel possui ensino superior completo, é casado, tem dois filhos, está na faixa etária de 60 a 64 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado da Bahia, região Nordeste, já esteve no PSD, PMDB, PSDB, PL, PR e PP, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSD.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de prefeito (1988-1992); suplente de deputado estadual (2001-2002); deputado estadual (1994-1998) (2002-2006) (2006-2010) (2010-2014) (2014-2018) e senador (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (2017-2018),

Senador com capital político familiar, pai de Diego Henrique Silva Cerqueira Martins e neto de Afonso Alves Martins. Seus últimos cargos públicos ocupados foram deputado estadual e prefeito, respectivamente.

Cid Gomes

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Cid Gomes possui ensino superior completo, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 55 a 59 anos e sua ocupação é engenheiro.

Eleito pelo estado do Ceará, região Nordeste, já esteve no PMDB, PSDB, PP, PSB, PROS e PDT, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PDT.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1990-1994) (1994-1996); prefeito (1996-2000) (2000-2004); governador (2006-2010) (2010-2014); senador (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi coordenador político regional no Ceará (1989-1990), presidente da Assembleia Cearense e Ministro da Educação (2015).

Presidiu o Centro Acadêmico da UFC.

Senador com capital político familiar, filho de José Euclides Ferreira Gomes Júnior, irmão de Ciro Gomes e de Ivo Gomes e primo de Tin Gomes. Seus últimos cargos públicos ocupados foram prefeito, deputado federal, prefeito e deputado estadual, respectivamente.

Jayme Campos

De sexo masculino, capital econômico e raça parda, Jayme Campos possui ensino médio completo, é casado, tem quatro filhos, está na faixa etária de 65 a 69 anos e sua ocupação é empresário.

Eleito pelo estado do Mato Grosso, região Centro-Oeste, já esteve no PDS e PFL (DEM), foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo DEM.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de prefeito (1984-1988) (1996-2000) (2000-2004); governador (1990-1994) e senador (2006-2010) (2019-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Secretário de Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Várzea Grande (2016).

Senador com capital político familiar, irmão de Júlio Campos, sobrinho de Sílvio Curvo, primo de Roberto Campos, Nélon Ramos de Almeida, Ari Leite de Campos, Nereu Botelho de Campos, Gonçalo Branco de Barros e José Augusto Curvo, marido de Lucimar Sacre de Campos e filho de Júlio Domingos Campos. Seus últimos cargos públicos ocupados foram deputado federal, senador, 2º Ministro do Planejamento do Brasil, deputado estadual, prefeito, deputado estadual, deputado federal, prefeita e deputado federal, respectivamente.

Nelsinho Trad

De sexo masculino, sem capital econômico e raça branca, Nelsinho Trad possui ensino superior completo, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 55 a 59 anos e sua ocupação é médico.

Eleito pelo estado do Mato Grosso do Sul, região centro oeste, já esteve no PTB e PMDB, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSD.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de vereador (1992-1996) (1996-2000); deputado estadual (2002-2003); prefeito (2004-2008) (2008-2012) e senador (2019-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi diretor-adjunto do Previsul.

Senador com capital político familiar filho de Nelson Trad e irmão de Marquinhos Trad e Fábio Trad. Seus últimos cargos públicos ocupados foram deputado federal, prefeito, deputado federal, respectivamente.

Jader Barbalho

De sexo masculino, capital econômico e raça parda, Jader Barbalho possui ensino superior completo, é divorciado, tem quatro filhos, está na faixa etária de 75 a 79 anos e sua ocupação é senador.

Eleito pelo estado do Pará, região Norte, foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo MDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de vereador (1966-1970); deputado estadual (1970-1974); deputado federal (1978-1982) (1974-1978) (2002-2006) (2006-2010); governador (1982-1986)(1990-1994); senador (1994-1998) (1998-2002) (2010-2014) (2014-2018) (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Previdência Social no governo de José Sarney e presidente do Senado Federal.

Senador com capital político familiar, pai de Helder Zahluth Barbalho, ex-marido de Elcione Barbalho, marido de Simone Morgado, filho de Laércio Wilson Barbalho e primo de José Priante. Seus últimos

cargos públicos ocupados foram governador, deputada federal, deputada federal, primeiro-suplente de senador e deputado federal, respectivamente.

Zequinha Marinho

De sexo masculino, sem capital econômico e raça branca, Zequinha Marinho possui ensino superior completo, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 60 a 64 anos e sua ocupação é pedagogo.

Eleito pelo estado do Pará, região Norte, já esteve no PDT, PTB, PSC e PMDB, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSC.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1998-2002); deputado federal (2002-2014); vice-governador (2014-2018) e senador (2018-presente).

Pertence à Convenção de Ministros e Igrejas Assembleia de Deus do Estado do Pará e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

Senador com capital político familiar, é casado com Júlia Godinho Marinho. Seu último cargo público ocupado foi deputada federal.

Daniella Ribeiro

De sexo feminino, sem capital econômico e raça branca, Daniella Ribeiro possui ensino superior completo, é casada, tem três filhos, está na faixa etária de 45 a 49 anos e sua ocupação é pedagoga.

Eleita pelo estado do Paraíba, região Nordeste, foi eleita para o cargo de senador em 2018 pelo PP.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de vereadora (2008-2010); deputada estadual (2010-2014) (2014-2018); senadora (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi subsecretária de Cultura do Estado.

Senadora com capital político familiar, filha de Enivaldo Ribeiro e Virgínia Velloso Borges, irmã de Aguinaldo Ribeiro e mãe de Lucas Ribeiro. Seus últimos cargos públicos ocupados foram vice-prefeito, prefeita, deputado federal e vice-prefeito, respectivamente.

Veneziano

De sexo masculino, sem capital econômico e raça branca, Veneziano possui ensino superior completo, é casado, tem dois filhos, está na faixa etária de 50 a 54 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado do Paraíba, região Nordeste, já esteve no PST; PDT e MDB, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de prefeito (2004-2008) (2008-2012); deputado federal (2014-2018); senador (2018-presente).

Senador com capital político familiar, filho de Nilda Gondim, sobrinho neto de Argemiro de Figueiredo, neto de Pedro Gondim e major Veneziano Vital do Rego e casado com Ana Cláudia Vital do Rêgo. Seus últimos cargos públicos ocupados foram senadora, senador, governador, senador, secretária de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal, respectivamente.

Jarbas Vasconcelos

De sexo masculino, sem capital econômico e raça branca, Jarbas Vasconcelos possui ensino superior completo, é divorciado, tem quatro filhos, está na faixa etária de 75 a 79 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado do Pernambuco, região Nordeste, já esteve no PSB, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo MDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1970-1974); prefeito (1985-1987); governador (1998-2002) (2002-2006); deputado federal (1974-1978); senador (2006-2010) (2010-2014) (2018-presente).

É um dos fundadores do MDB.

Senador com capital político familiar, neto do Francisco de Andrade Lima e cunhado de Gustavo Negromonte. Seus últimos cargos públicos ocupados foram vereador, secretário-executivo da Casa Civil, respectivamente.

Ciro Nogueira

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Giro Nogueira possui ensino médio superior, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 50 a 54 anos e sua ocupação é senador.

Eleito pelo estado do Piauí, região Nordeste, já esteve no PFL (DEM), contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PP.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado federal (1994-1998) (1998-2002); senador (2010-2014) (2014-2018) (2018-presente).

Foi presidente do Ríver Atlético Clube.

Senador com capital político familiar, filho de Giro Nogueira Lima, marido da Iracema Portela, neto de Manuel Nogueira Lima, sobrinho de Etevaldo Nogueira, genro de Lucídio Portela e filho de Eliane e Silva Nogueira Lima. Seus últimos cargos públicos ocupados foram senador, deputada federal, prefeito, deputado federal, senador e primeira suplente de senador, respectivamente.

Marcelo Castro

De sexo masculino, sem capital econômico e raça branca, Marcelo Castro possui ensino superior completo, é casado, tem cinco filhos, está na faixa etária de 70 a 74 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado do Piauí, região Nordeste, já esteve no ARENA, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo MDB.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (1983-1995); deputado federal (1998-2002) (2002-2006) (2006-2010) (2010-2014) (2014-2018) e senador (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Ministro da Saúde e presidiu o Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí, Secretário de Agricultura.

Senador com capital político familiar, primo de João Batista de Castro Dias, sobrinho de Manoel da Silva Dias e neto de José Dias de Souza. Seus últimos cargos públicos ocupados foram deputado estadual, senador e prefeito, respectivamente.

Flávio Bolsonaro

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Flávio Bolsonaro possui ensino superior completo, é casado, tem um filho, está na faixa etária de 40 a 44 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado do Rio de Janeiro, região Sudeste, já esteve no PP, PFL, REPUBLICANOS e PSC, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSL.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado estadual (2002-2006) (2006-2010) (2010-2014) (2014-2018) e senador (2018-presente).

Senador com capital político familiar, filho de Jair Bolsonaro e irmão de Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro. Seus últimos cargos públicos ocupados foram presidente, vereador e deputado federal, respectivamente.

Zenaide Maia

De sexo feminino, sem capital econômico e raça branca, Zenaide Maia possui ensino superior completo, é casada, tem três filhos, está na faixa etária de 65 a 69 anos e sua ocupação é deputada.

Eleita pelo estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste, já esteve no PR e PROS, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PHS.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputada federal (2014-2018) e senadora (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Secretária de Saúde (1991 e 2009).

Foi presidente do Departamento Feminino da Casa de Estudante de Caicó.

Senadora com capital político familiar, casada com Jaime Calado, irmã João Maia e parente de José Agripino. Seus últimos cargos públicos ocupados foram Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, deputado federal e senador, respectivamente.

Chico Rodrigues

De sexo masculino, capital econômico e raça parda, Chico Rodrigues possui ensino superior completo, é casado, tem um filho, está na faixa etária de 70 a 74 anos e sua ocupação é engenheiro.

Eleito pelo estado do Roraima, região Norte, já esteve no MDB, PTB, PPB, PFL, PSB e PSDB, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo DEM.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado federal (1990-1994) (1994-1998) (1998-2002) (2002-2006) (2006-2010); vice-governador (2010-2014); governador (2014-2018) e senador (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi Secretário de Agricultura no governo de Arídio Martins de Magalhães (1983-1985), diretor da Escola Agrotécnica de Roraima e coordenador estadual da Comissão de Planejamento Agrícola.

Senador com capital político familiar, é pai de Pedro Arthur. Seu último cargo público ocupado foi senador.

Esperidão Amin

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Esperidão Amin possui ensino superior completo, é casado, tem três filhos, está na faixa etária de 70 a 74 anos e sua ocupação é deputado.

Eleito pelo estado do Santa Catarina, região Sul, já esteve no ARENA, PDS e PPR, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PP.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de prefeito (1975-1978) (1988-1989); deputado estadual (1978-1982); governador (1982-1986) (1998-2002); deputado federal (2010-2014) (2014-2018) e senador (1990-1994) (1994-1998) (2018-presente). Em relação aos cargos públicos não eletivos já ocupados, foi diretor de administração da Secretaria de Educação e Cultura do estado de Santa Catarina (1966-1971) (1971-1975) e chefe de gabinete da secretaria da educação.

Senador com capital político familiar, filho de Esperidão Amin Helou e marido de Ângela Amin. Seus últimos cargos públicos ocupados foram vereador e deputada federal, respectivamente.

Irajá

De sexo masculino, capital econômico e raça branca, Irajá possui ensino superior completo, é divorciado, está na faixa etária de 30 a 39 anos e sua ocupação é empresário.

Eleito pelo estado do Tocantins, região Norte, já esteve no DEM, contudo foi eleito para o cargo de senador em 2018 pelo PSD.

Já ocupou os cargos públicos eletivos de deputado federal (2010-2014) (2014-2018) e senador (2018-presente).

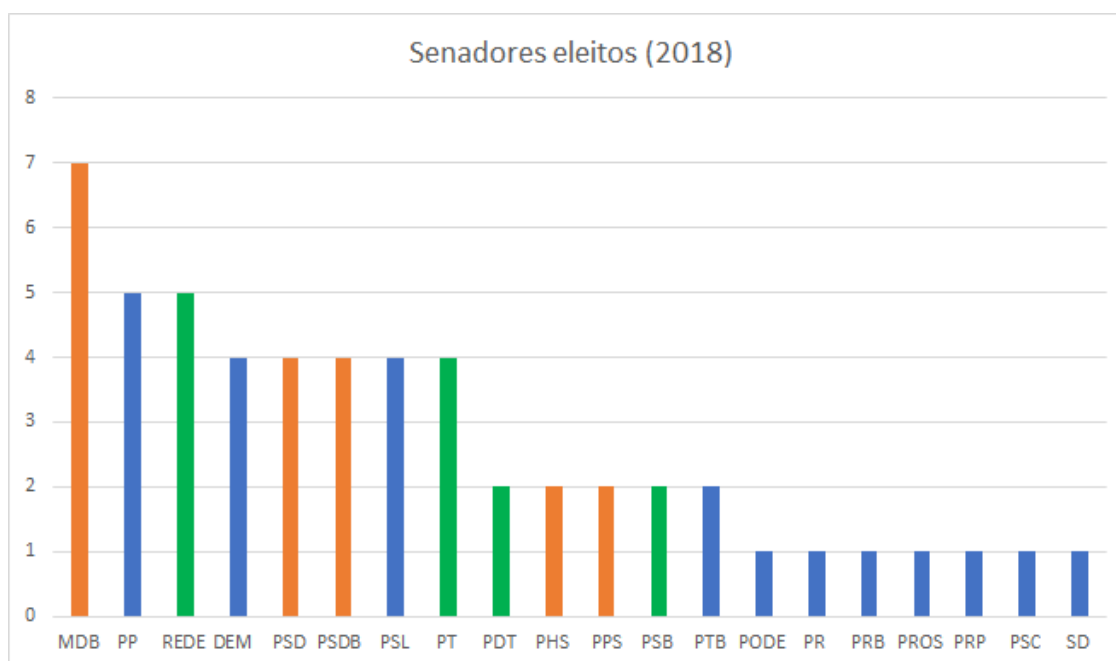
Senador com capital político familiar, é filho de Kátia Abreu. Seu último cargo público ocupado foi de senadora.

6. SENADORES ELEITOS EM 2018

Nas últimas eleições (2018), a sigla que mais ganhou cadeiras no Senado foi o MDB, com 7 senadores eleitos. A Rede Sustentabilidade, partido criado pela ex-senadora e candidata a presidente Marina Silva, elegeu 5 senadores (apesar de ter conseguido eleger apenas uma deputada federal). PP também elegeu cinco senadores cada um.

Depois, cinco siglas conseguiram quatro senadores cada um: DEM, PSD, PT, PSDB e PSL. O quadro 1 mostra o número os partidos dos senadores e senadoras eleitas no ano de 2018 por estado e partido. É válido ressaltar que nas eleições anteriores (2014), o PSL nunca tinha elegido um senador e que o PTC é o único partido que já tinha representação na Casa e não aumentou a bancada (G1 NOTÍCIAS, 2018).

Gráfico 1: Senadores eleitos em 2018, por partido



Legenda: direita (azul), centro (laranja), esquerda (verde). Classificação de Campos e Machado (2020)

Fonte: a autora, a partir de dados do TSE.

De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos senadores eleitos, a maioria tem entre 55 e 59 anos (20,73%); são do sexo masculino (84,4%); brancos (80,73%) e possuem ensino superior completo (83,66%).

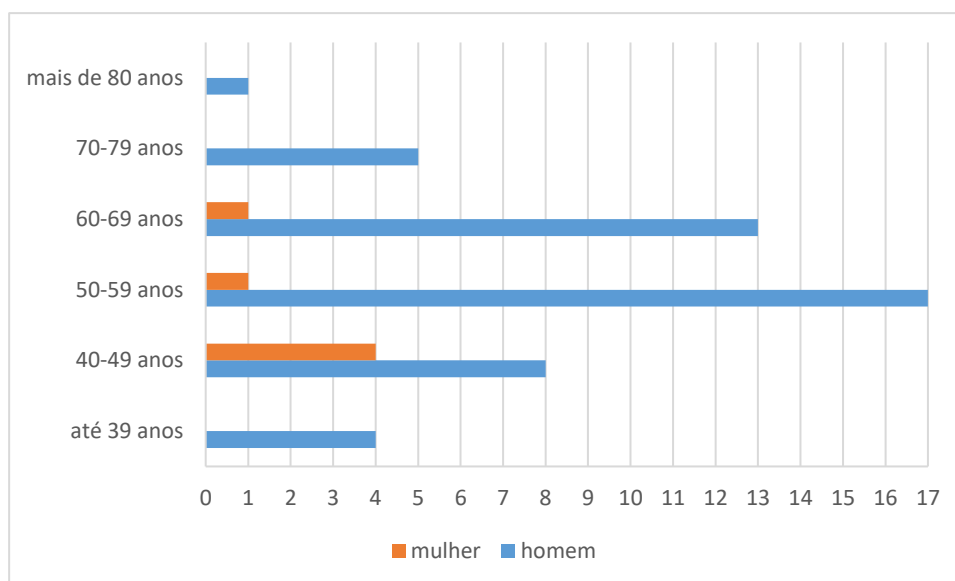
Quadro 1 Senadoras e senadores eleitos por estado em 2018

Estado	Nome dos Senadores e Senadoras Eleitas	Partido
Acre	Márcio Bittar Sérgio Petecão	MDB PSD
Alagoas	Renan Calheiros Rodrigo Cunha	MDB PSDB
Amapá	Lucas Barreto Randolfe Rodrigues	PTB REDE
Amazonas	Plínio Valério Eduardo Braga	PSDB MDB
Bahia	Ângelo Coronel Jaques Wagner	PSD PT
Ceará	Cid Gomes Eduardo Girão	PDT PROS
Distrito Federal	Izalci Leila do Vôlei	PSDB PSB
Espírito Santo	Fabiano Contarato Marcos do Val	REDE PPS
Goiás	Jorge Kajuru Vanderlan	PRP PP
Maranhão	Eliziane Gama Weverton	PPS PDT
Mato Grosso	Jayme Campos Juíza Selma Arruda	DEM PSL
Mato Grosso do Sul	Nelsinho Trad Soraya Thronicke	PTB PSL
Minas Gerais	Carlos Viana Rodrigo Pacheco	PHS DEM
Pará	Jader Barbalho Zequinha Marinho	MDB PSC
Paraíba	Daniella Ribeiro Veneziano	PP PSB
Paraná	Flávio Arns Prof. Oriovisto Guimarães	REDE PODE
Pernambuco	Humberto Costa Jarbas Vasconcelos	PT MDB
Piauí	Ciro Nogueira Marcelo Castro	PP MDB
Rio de Janeiro	Arolde de Oliveira Flávio Bolsonaro	PSD PSL
Rio Grande do Norte	Capitão Styvenson Dr ^a Zenaide Maia	REDE PHS
Rio Grande do Sul	Luis Carlos Heinze Paulo Paim	PP PT
Rondônia	Confúcio Moura Marcos Rogério	MDB DEM
Roraima	Chico Rodrigues Mecias de Jesus	DEM PRB
Santa Catarina	Esperidião Amin Jorginho Mello	PP PR

São Paulo	Mara Gabrilli Major Olímpio	PSDB PSL
Sergipe	Delegado Alessandro Vieira Rogério Carvalho Santos	REDE PT
Tocantins	Eduardo Gomes Irajá	SD PSD

Dentre os vencedores da disputa eleitoral, 8 conseguiram reeleição, são eles: Petecão pelo Acre; Renan Calheiros por Alagoas; Randolfe Rodrigues por Amapá; Eduardo Braga por Amazonas; Jader Barbalho pelo Pará; Humberto Costa por Pernambuco; Ciro Nogueira por Piauí; e Paulo Paim por Rio Grande do Sul (AGÊNCIA SENADO, 2018). De acordo com os dados do TSE, a diferença entre o número de homens e mulheres eleitos ainda é grande. Apenas 6 mulheres foram eleitas em 2018, sendo 5 brancas e 1 parda. Já entre os homens, foram 34 brancos, 9 pardos e 3 pretos, totalizando 46 eleitos. A maioria das eleitas têm entre 45 e 49 anos e dos eleitos, entre 55 e 59 anos, seguida pela faixa de 60-69 anos. Nas eleições de 2018, em geral, as mulheres eleitas para esse cargo são mais novas que os homens eleitos para o mesmo cargo (Gráfico 2).

Gráfico 2: Sexo e faixa etária dos eleitos para o SF em 2018



Total: 54 parlamentares

Fonte: a autora, a partir de dados do TSE sobre as eleições 2018.

Em relação ao nível de instrução, 5 das 6 eleitas possuem ensino superior completo e apenas 1 tem o ensino superior incompleto. Entre homens, são 37 com superior completo; 7 com ensino médio completo; 1 com ensino fundamental incompleto; e 1 com superior incompleto. A falta de ensino superior parece impactar muito para a eleição de senadoras, mas pode ser algo que um candidato competitivo deixa de apresentar. Já sobre a ocupação profissional desses eleitos, 8 declararam ser senadores e 15 deputados, o que demonstra uma profissionalização da política (TSE, 2018).

Em relação a raça e considerando homens e mulheres, o Senado teve 3 senadores pretos e 11 pardos eleitos e agora conta com 14 negros, representando 26% da casa (3 pretos – 5,6%; 11 pardos – 20,3%). Em 2014, os negros representavam apenas 20% do total do Parlamento (INESC, 2018).

Nas duas últimas eleições, a proporção entre homens e mulheres eleitas diminuiu no SF: em 2014 foram ocupadas 27 vagas de senadores, 5 delas por mulheres, representando 18,5%. Agora, com a renovação de 54 vagas, serão 7 mulheres (13%) e 47 homens (87%), isto é, uma queda de 4 p.p. em relação à eleição anterior.

Como indicado, no ano de 2018, apenas 7 senadoras foram eleitas (Quadro 2). Entre elas Juíza Selma Arruda (PSL), no Mato Grosso, e a ex-jogadora Leila do Vôlei (PSB), pelo Distrito Federal, ficaram em primeiro lugar na disputa do seu estado ou distrito. Leila foi a primeira senadora eleita no DF e se destaca por ter escolhido somente mulheres para os cargos de suplentes. Todas as 7 eleitas possuem nível superior e apenas duas nunca atuaram em cargos políticos (AGÊNCIA SENADO, 2018).

Quadro 2 Senadoras eleitas por Estado em 2018

Estado	Senadoras Eleitas	Partido
Distrito Federal	Leila do Vôlei	PSB
Maranhão	Eliziane Gama	PPS

Mato Grosso	Juíza Selma Arruda	PSL
Mato Grosso do Sul	Soraya Thronicke	PSL
Paraíba	Daniella Ribeiro	PP
Rio Grande do Norte	Drª Zenaide Maia	PHS
São Paulo	Mara Gabrilli	PSDB

6.1 ELEITOS EM 2018 DETENTORES DE CAPITAL FAMILIAR

Em 2018, tivemos 54 senadores eleitos. Destes, 20 possuem capital político familiar (Quadro 3). Foi considerado detentor desse capital os parlamentares que possuem familiares que ocuparam ou ocupam cargos eletivos públicos ou cargos de confiança de primeiro escalão.

Quadro 3 Eleitos 2018 detentores de capital familiar

Nome dos Senadores e Senadoras Eleitas	Partido
Sérgio Petecão	PSD
Renan Calheiros	MDB
Rodrigo Cunha	PSDB
Eduardo Braga	MDB
Ângelo Coronel	PSD
Cid Gomes	PDT
Jayme Campos	DEM
Nelsinho Trad	PTB
Jader Barbalho	MDB
Zequinha Marinho	PSC
Daniella Ribeiro	PP
Veneziano	PSB
Jarbas Vasconcelos	MDB
Ciro Nogueira	PP
Marcelo Castro	MDB
Flávio Bolsonaro	PSL
Drª Zenaide Maia	PHS

Chico Rodrigues	DEM
Esperidião Amin	PP
Irajá	PSD

Assim, para 34 dos 54 eleitos não foi identificado vínculo familiar com outros políticos, o que representa aproximadamente 63% dos parlamentares eleitos para o SF em 2018 (Quadro 4).

Quadro 4 Eleitos 2018 que não possuem capital familiar

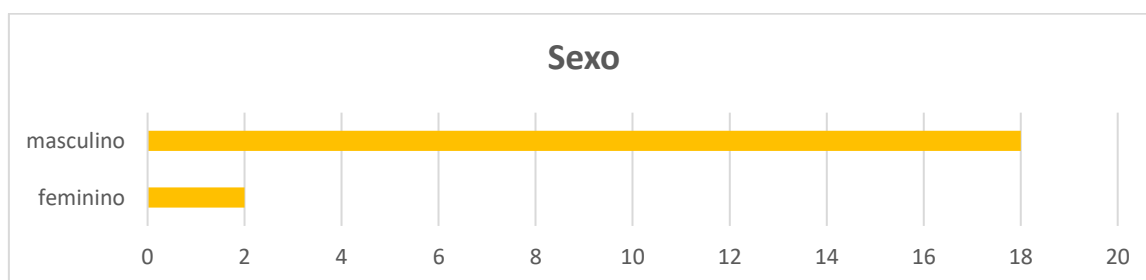
Nome dos Senadores e Senadoras Eleitas	Partido
Márcio Bittar	MDB
Lucas Barreto	PTB
Randolfe Rodrigues	REDE
Plínio Valério	PSDB
Jaques Wagner	PT
Eduardo Girão	PROS
Izalci	PSDB
Leila do Vôlei	PSB
Fabiano Contarato	REDE
Marcos do Val	PPS
Jorge Kajuru	PRP
Vanderlan	PP
Eliziane Gama	PPS
Weverton	PDT
Juíza Selma Arruda	PSL
Soraya Thronicke	PSL
Carlos Viana	PHS
Rodrigo Pacheco	DEM
Flávio Arns	REDE
Prof. Oriovisto Guimarães	PODE
Humberto Costa	PT
Arolde de Oliveira	PSD
Capitão Styvenson	REDE
Luis Carlos Heinze	PP
Paulo Paim	PT
Confúcio Moura	MDB
Marcos Rogério	DEM
Mecias de Jesus	PRB
Jorginho Mello	PR
Mara Gabrilli	PSDB
Major Olímpio	PSL

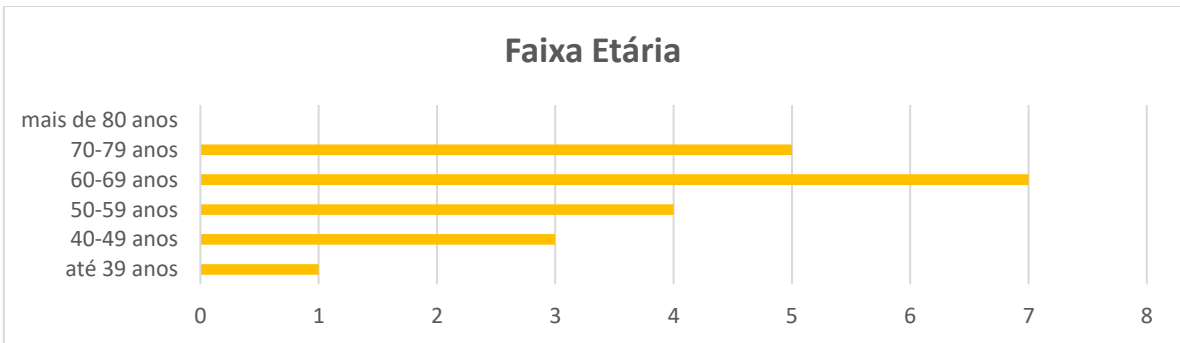
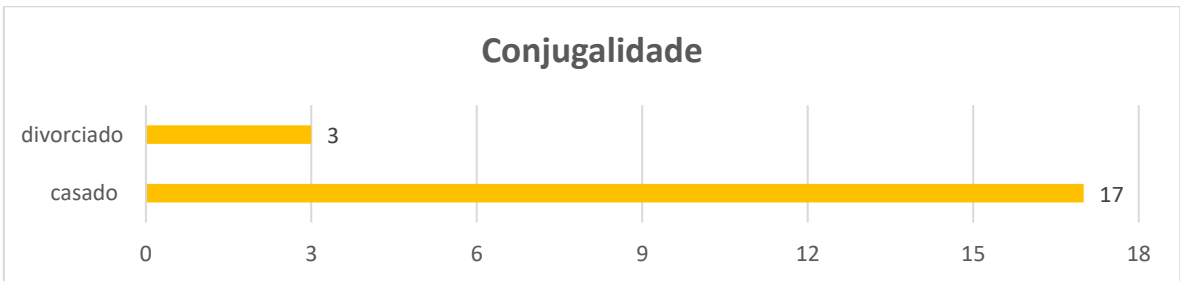
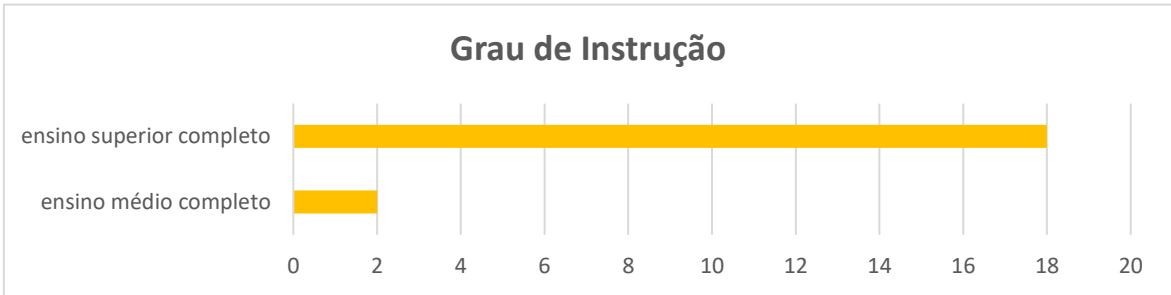
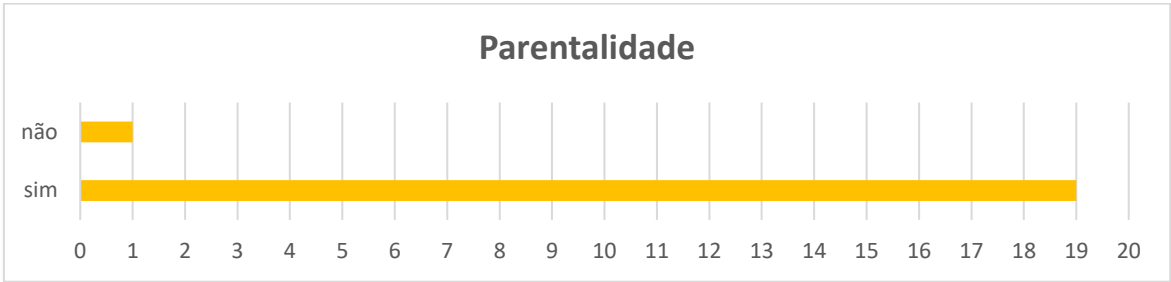
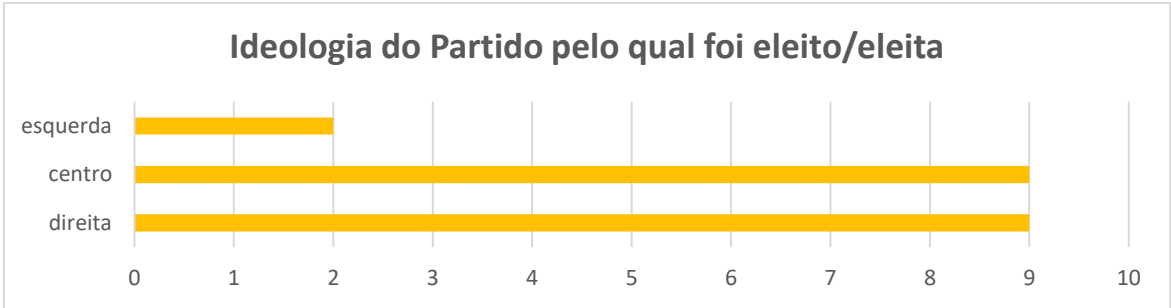
Delegado Alessandro Vieira	REDE
Rogério Carvalho Santos	PT
Eduardo Gomes	SD

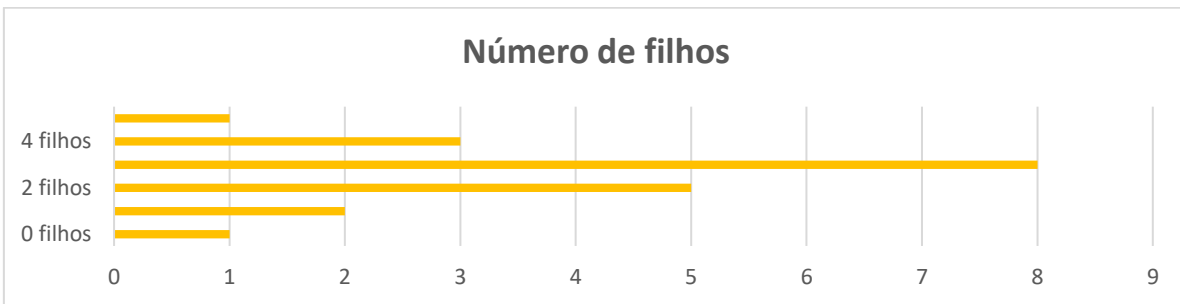
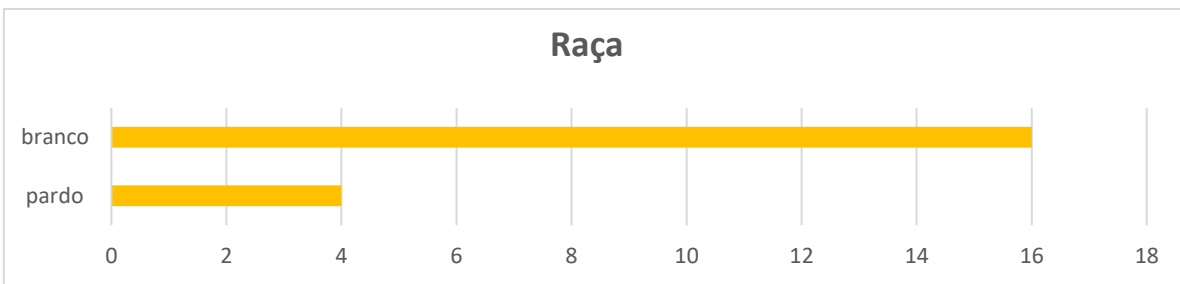
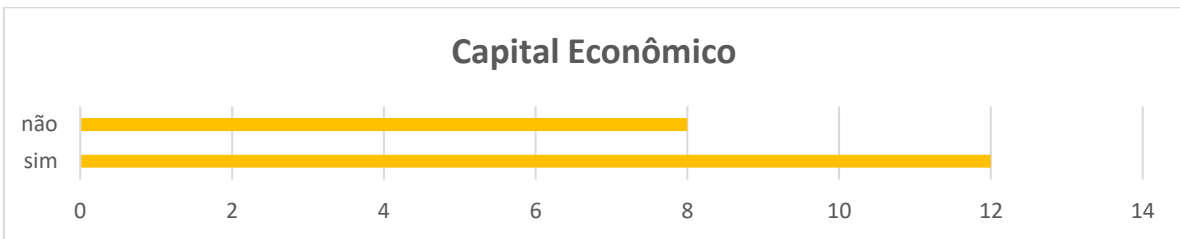
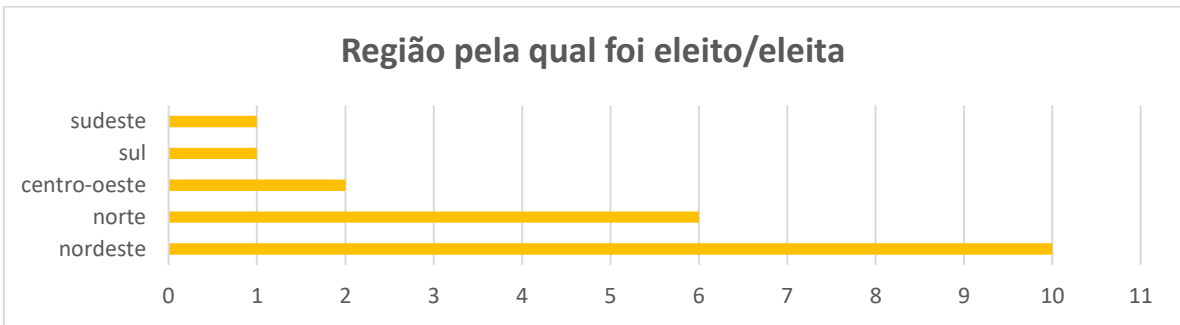
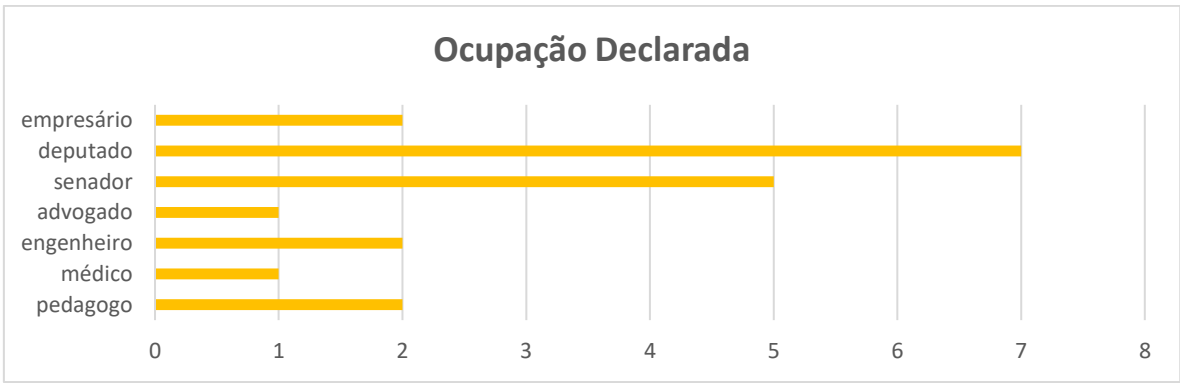
Com a coleta de dados sobre a trajetória política e o perfil social dos senadores possuidores de capital político familiar eleitos em 2018, foi possível ver as trilhas percorridas por eles antes da passagem pelo Senado; quais familiares passaram pela política, que cargo ocuparam ou ainda ocupam e qual a relação de parentesco com o senador estudado; e o padrão de parentalidade dos senadores.

Com este estudo, foi construído o perfil mais comum dos senadores detentores de capital familiar eleitos em 2018 (Gráfico 3). Desses eleitos, 90% são homens, 90% possuem ensino superior completo, 85% deles são casados, 60% têm mais de 60 anos, sendo a faixa etária 60 a 64 a que obteve maior número de senadores (20%), 60% declararam sua ocupação como senador ou deputado, o que indica carreira política longa. 95% têm filhos, sendo que 40% possuem 3 filhos. 60% têm capital econômico e 80% são brancos. 45% são de partidos mais inclinados a direita, 45% ao centro e 10% a esquerda (classificação de Campos e Machado). 50% foram eleitos pela região nordeste; o capital familiar de direção horizontal e descendente de parentalidade teve maior frequência, considerando todos os parentes políticos dos senadores em questão, com a maioria de seus parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos públicos ou cargos de confiança de primeiro escalão do sexo masculino. Ainda, pode-se afirmar que os cargos de deputado estadual e deputado federal já foram ocupados por, respectivamente, 75% e 55% dos senadores em questão.

Gráfico 3: Perfil dos eleitos para o SF em 2018 com capital familiar







Total: 20 parlamentares

7. ANÁLISES DO PERFIL DOS ELEITOS DETENTORES DE CAPITAL FAMILIAR

Com os resultados da coleta de dados deste trabalho foram realizados diferentes cruzamentos com as variáveis a fim de verificar possíveis relações de aspectos do perfil dos senadores e senadoras que detêm capital familiar eleitos em 2018.

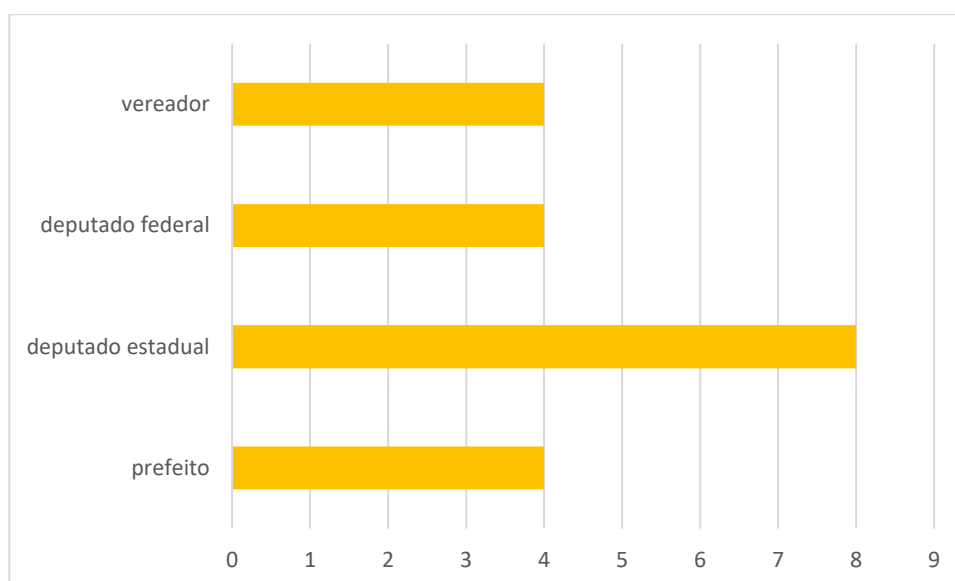
Em relação a origem da militância desses senadores, a sua maioria (75%) não participou de nenhuma Organização da Sociedade Civil (OSC), exceto Sérgio Petecão, Renan Calheiros, Cid Gomes, Zequinha Marinho e Zenaide Maia. Foi considerado OSCs entidades/grupos nascidos da livre organização e da participação social da população que desenvolvem ações de interesse público sem visar ao lucro e tratam dos mais diversos temas e interesses, com variadas formas de atuação, financiamento e mobilização. Apenas 5 dos senadores eleitos tiveram essa variável. Sérgio Petecão foi presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo do Estado do Acre em 1988; Renan Calheiros presidiu o Diretório Acadêmico da área de ciências humanas e sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Cid Gomes presidiu o Centro Acadêmico da Universidade Federal do Ceará (UFC); Zequinha Marinho fez parte da Convenção de Ministros e Igrejas Assembleia de Deus do Estado do Pará (Comieadepa) e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (Cgadb); e Zenaide Maia foi presidente do Departamento Feminino da Casa de Estudante de Caicó, município do Rio Grande do Norte. A origem da militância mostra a trajetória que aquela pessoa percorreu e até de onde ela partiu.

Foi possível, ainda, identificar que os senadores com capital familiar em questão têm o caminho percorrido antes de sua eleição em 2018 parecido. Todos ocuparam ao menos um cargo público eletivo antes de serem eleitos como senadores em 2018. O que está em conformidade com os estudos de Luís Felipe Miguel (2003) sobre a "estrutura da carreira política no Brasil", o qual indica o caminho mais comum na trajetória política dos parlamentares. Miguel identifica que quem está na base da pirâmide geralmente pretende ascender de posição, o que vai ao encontro dos resultados dessa monografia.

Com relação ao nível de governo do primeiro cargo público eletivo, 35% dos eleitos iniciaram no poder municipal e depois passaram para o estadual e federal. Ainda, 40% ocuparam inicialmente o cargo de deputado estadual e 60% já passaram

pelo cargo de deputado federal pelo menos uma vez antes de ser eleito como senador. Pode-se analisar, ainda, que 60% dos senadores ocupam pela primeira vez esse cargo e que um parlamentar que já se elegeu como vereador ou deputado estadual depois ascende para os cargos de prefeito e governador ou de deputado federal. Ainda, gráfico 4 mostra que 20% iniciaram a vida pública eletiva como vereadores, 20% como deputado federal e 20% como prefeito.

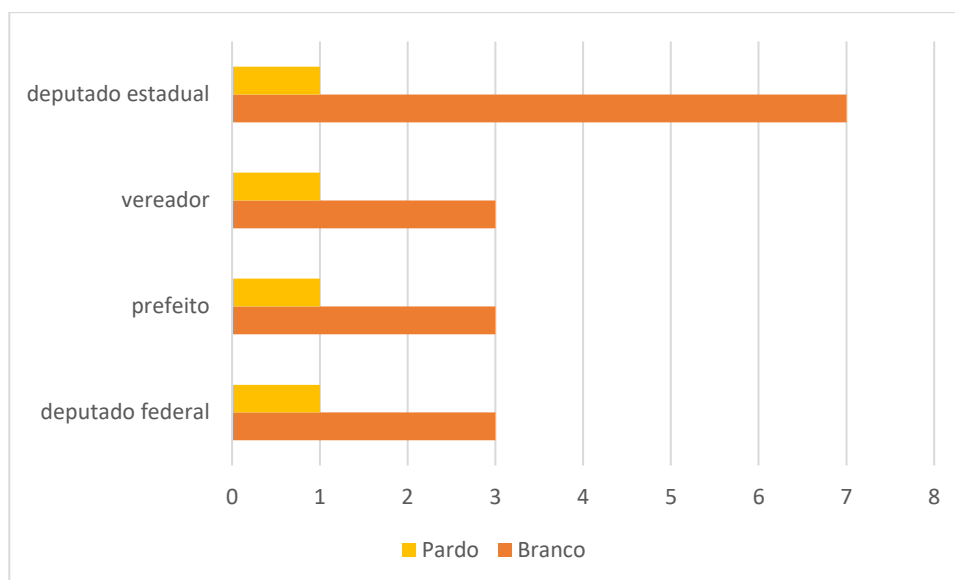
Gráfico 4: Primeiro cargo eletivo público ocupado



Total: 20 parlamentares

Foi analisado se havia relação entre raça e primeiro cargo eletivo público ocupado (Gráfico 5). De forma proporcional, mais parlamentares brancos iniciaram sua vida eletiva no cargo de deputado estadual. Enquanto parlamentares pardos começaram, na mesma proporção, como prefeito, vereador e deputado federal.

Gráfico 5: Raça e primeiro cargo eletivo público ocupado



Total deputado estadual: 8; Total vereador: 4; Total prefeito: 4; Total deputado federal: 4.

Os achados de Luiz Domingos Costa Adriano Codato (2013) mostram que existe um perfil social distinto entre os partidos que está associado a diferentes formas de alçar uma carreira política profissional.

“... as relações entre perfil social e trânsito no interior das instituições políticas podem ser analisadas por meio dos partidos, já que são esses os mediadores fundamentais entre o universo social mais amplo e as instituições políticas.

De acordo com as proposições de Marengo dos Santos e Serna (2007), partidos de esquerda apresentam perfil social próximo às classes médias e aos estratos médios baixos, com pretendentes desprovidos de recursos eleitorais próprios (dinheiro, redes sociais extensas e importantes e capital familiar). Isso faz deles muito dependentes do capital eleitoral organizacional. À direita do espectro ideológico, pelo contrário, encontra-se um perfil social mais tradicional, indivíduos munidos de melhores condições socioeconômicas e mais recursos pessoais, o que os libera da dependência dos recursos partidários para um acesso mais rápido aos postos políticos de prestígio” (CODATO, 2013, pp. 126-127).

Com os dados achados na investigação, não foi possível observar um padrão que confirme que parlamentares de diferentes espectros ideológicos também têm diferentes caminhos na vida pública, como Codato (2013) concluiu.

Ainda, a maioria dos senadores (55%) já ocupou algum cargo não eletivo público, como Renan Calheiros que foi da Assessoria de Fernando Collor (1989) e Ministro da Justiça (1998-1999); Eduardo Braga, Ministro das Minas e Energia (2014); Cid Gomes, Ministro da Educação (2015); Jayme Campos, Secretário de Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Várzea Grande (2016); Nelsinho Trad que foi diretor-adjunto do extinto Instituto de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (Previsul); Jader Barbalho, Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Previdência Social no governo de José Sarney; Daniella Ribeiro, subsecretária de Cultura do Estado; Marcelo Castro foi Ministro da Saúde, Secretário de Agricultura e presidiu o Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí; Zenaide Maia, Secretária de Saúde em 1991 e 2009; Chico Rodrigues, Secretário de Agricultura no governo de Arídio Martins de Magalhães (1983-1985), diretor da Escola Agrotécnica de Roraima; e Esperidião Amin, diretor de administração da Secretaria de Educação e Cultura do estado de Santa Catarina durante o governo de Ivo Silveira (1966-1971) (1971-1975) e chefe de gabinete da Secretaria da Educação.

Foi considerado o estudo Partidos Políticos e Espectro Ideológico: Parlamentares, Especialistas, Esquerda e Direita no Brasil (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017), o qual conclui a partir da análise de como os parlamentares do legislativo federal dos principais partidos brasileiros se auto posicionam na escala esquerda-direita, com base no levantamento realizado pela Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) referente à legislatura 2011-2014 e dados levantados por *experts surveys* - já comparados por Tarouco e Madeira (2015), para posicionar os partidos no espectro ideológico. Ao considerar os resultados dos três *surveys* em conjunto, esse estudo postulou a existência de três blocos de partidos.

As únicas duas mulheres que entraram em 2018 para o Senado Federal foram eleitas pelo PHS e PP, classificados como partidos de centro e de direita, respectivamente.

Miguel, Marques e Machado (2015) discutem se o capital familiar é mais presente nas carreiras de políticos e políticas vinculados aos partidos tradicionais ou de direita do que aos partidos de esquerda, no âmbito da Câmara dos Deputados, e concluíram que tem mais presença de família política entre deputados e deputadas federais que concorreram por partidos considerados de direita (43,3%) e de centro

(50,5%) do que os de esquerda (30,3%). Ainda, este estudo aponta que o cruzamento entre as variáveis sexo e posição ideológica do partido revela que ambas têm impacto independente. Seja na esquerda, no centro ou na direita, as mulheres aparecem mais vinculadas a famílias políticas do que os homens. Já os resultados desta pesquisa no âmbito do Senado Federal, para os eleitos de 2018, mostraram que as duas únicas mulheres eleitas que têm capital familiar são de direita e de centro.

A análise sobre grau de instrução revelou que 11% dos 18 homens eleitos não possuem ensino superior, enquanto todas as duas eleitas têm o grau de escolaridade mais alto, com ensino superior completo. Esse dado pode contribuir para futuros estudos sobre as barreiras no recrutamento político enfrentadas pelas mulheres que mesmo com alto grau de instrução que enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens e no campo político. É aí uma faceta da divisão sexual do trabalho, acompanhando dos dados do estudo "Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil," divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018.

Foi possível ver que as duas mulheres eleitas têm *pedagoga* e *deputada* como ocupação declarada e que, por outro lado, apenas 1 dos 18 homens eleitos tem pedagogia como ocupação, em sua maioria declaram-se como deputados (6) e senadores (5). O que também pode auxiliar estudos sobre atribuição do ato de cuidar e de atividades ligadas ao cuidado às mulheres.

Para analisar do que os senadores se ocupavam antes de entrarem na política foi utilizada a ocupação declarada por eles, verificada através dos sites do Senado Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Banco de PRODASEN e Histórico Bibliográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Profissão é mais utilizado para dar nome ao trabalho que uma pessoa se preparou para desempenhar, seja em uma escola técnica ou em uma faculdade. Tendo em vista que muitas atividades não são consideradas profissões, fez-se mais coerente considerar a ocupação destes senadores, a fim de que fosse possível abranger todos os tipos de atividades. Dos eleitos, 60% declararam sua ocupação como deputado ou senador, o que nos leva ao conceito de profissionalização da política, a predominância do político profissional, aquele que vivem para a política. Segundo Codato (2013), a carreira política no Brasil vem se tornando cada vez mais profissional e cada vez mais impermeável a políticos ocasionais. Dentre as outras ocupações declaradas teve-se engenheiro (10%),

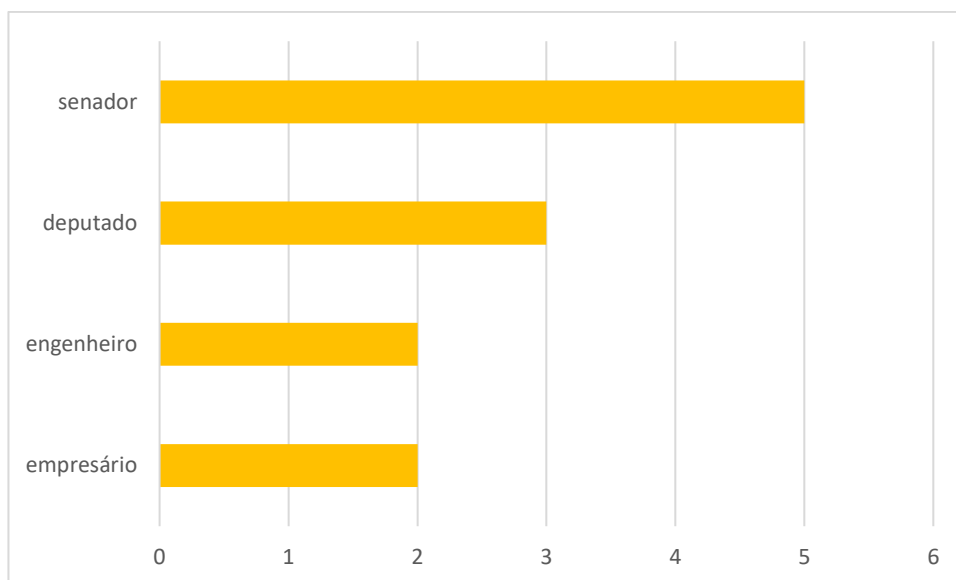
pedagogo (10%), médico (5%) e advogado (5%). É interessante notar que “advogado” é uma ocupação muito recorrente na elite política, mas entre Senadores eleitos em 2018 esse número não é muito alto (isso não exclui, é claro, pessoas com formação em Direito ou com entrada profissional nesta área, mas que se profissionalizaram na política há muitos anos).

Outra variável analisada foi estado civil. Todas as mulheres eleitas com família política são casadas e, quando nos referimos aos homens, 83% são casados e 17% divorciados. Foi observado que durante o processo de coleta de dados acerca da parentalidade dos senadores em questão a dificuldade em encontrar essas informações dos senadores do sexo masculino era maior do que para as senadoras, e quando a busca era feita relacionando o nome das esposas desses senadores o dado podia ser encontrado mais facilmente. Esse fato pode contribuir para demonstrar que as mulheres são publicamente mais vinculadas à parentalidade que os homens.

Como o número de senadores eleitos em 2018 com capital político familiar é mais restrito, não se pode elaborar muitas generalizações. É o que ocorre, dentre outros, com as variáveis parentalidade e sexo. Todas as mulheres eleitas têm filhos e apenas um homem, senador Irajá, o mais novo (38) dos eleitos em questão, não tem.

O gráfico 6 apresenta a ocupação que os senadores com família política e com capital econômico (60%) (ou seja, empresários ou diretores de empresas) declararam. Todos que declararam sua ocupação como senador e como engenheiro têm capital econômico. Já Rodrigo Cunha, que declarou advogado como ocupação; os pedagogos Zequinha Marinho e Daniella Ribeiro; e o médico Nelsinho Trad não têm esse capital. Quando analisamos todos os eleitos com capital familiar que se declaram deputados, aproximadamente 57% deles não têm capital econômico.

Gráfico 6: ocupação declarada dos senadores com capital econômico

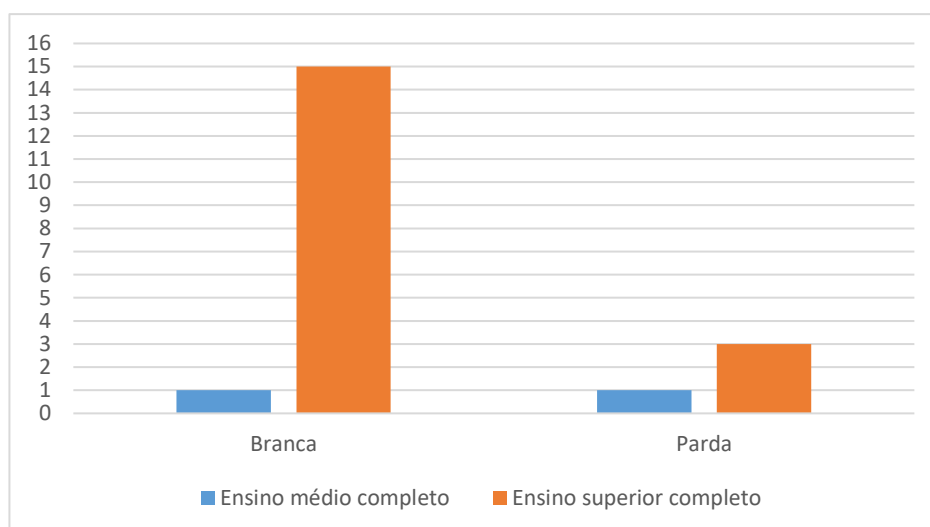


Total: 12 parlamentares

As duas mulheres com capital familiar foram eleitas pela região nordeste, estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Já os homens com família política foram 44% pelo Nordeste, 33% pelo Norte, 11% pelo centro-oeste e 6% eleitos tanto pela região sul e quanto pela região sudeste. A região nordeste foi a que mais elegeu senadores com capital político familiar, dado que vai em direção as achados do trabalho de Miguez, Marques e Machado (2015) para a Câmara dos Deputados, o qual verifica a relação entre o peso do capital familiar e o grau de desenvolvimento econômico da região e mostra que as únicas constantes são a maior presença das famílias políticas entre os eleitos do Nordeste. Contudo, entendem que seu poder explicativo é limitado. Tem-se, para eles, uma relação com ambiguidades, tanto porque o “desenvolvimento econômico” não é uniforme quanto pela ampliação da competição que também amplia o valor dos recursos diferentes que os candidatos controlam.

Os senadores eleitos em 2018 com capital familiar são em sua maioria brancos (80%), e, entre eles, apenas 1 possui grau de instrução até o ensino médio. Quando incluímos os que se consideram pardos, esse número é de 2. Entretanto, a maioria dos eleitos tem o ensino superior completo. Temos 4 senadores pardos eleitos, mas nenhum preto. Dos senadores pardos eleitos, 75% (ou seja, 3) têm o ensino superior completo, já a porcentagem dos brancos eleitos que possuem esse mesmo grau de instrução chega a 93,75%.

Gráfico 7: Raça e grau de instrução



Total brancos: 16 parlamentares; Total pardos: 4 parlamentares

Ao relacionar também a raça, foi visto que apenas DEM, PSDB e MDB elegeram senadores com capital familiar que são pardos, sendo eleitos 2, 1 e 1, respectivamente. Todos os dois senadores eleitos pelo DEM são pardos e possuem também capital econômico. Esses dados podem ajudar para futuros estudos acerca de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.

Outro ponto estudado foi por quais partidos esses eleitos passaram antes do partido que os elegeu em 2018. O MDB foi o partido que mais elegeu os senadores analisados, com capital familiar, seguido do PPR/PPB/PP, DEM/PFL e PSD. São partidos de direita e de centro.

Ao analisar capital econômico e os partidos pelos quais os senadores em questão foram eleitos, pode-se notar que os partidos PSD, PDT, DEM e PSL tiveram apenas senadores que possuem capital econômico. Dessa forma, tanto partidos mais inclinados à direita quanto partidos mais inclinados ao centro tiveram proporcionalmente a mesma quantidade de eleitos com capital econômico (50%). Dos que não possuem capital econômico, 37,5% são de direita e 12,5% de esquerda. Enquanto dos que possuem, aproximadamente 41,7% são de direita e 8,4% de esquerda.

8. CONCLUSÃO

O capital político familiar está presente no Senado Federal e é significativo para as eleições dos parlamentares nessa Casa. O ano de 2018 foi regido por diversos acontecimentos marcantes, além de ter sido o ano das últimas eleições para o Senado. Por esse motivo, destaca-se a importância do presente estudo acerca dos eleitos desse grupo de parlamentares neste ano.

O grupo político analisado tem poucas publicações que o focalizem. Não existem muitos trabalhos acerca do capital familiar no Brasil e quando há estudos de perfis essa não é uma dimensão comumente avaliada. Entender a identidade desse grupo é fulcral para uma melhor compreensão dos governos e da relação entre política e capital. Este trabalho de identificação e análise dos senadores se fez significativo para melhorar o entendimento sobre o funcionamento das posições superiores da carreira política brasileira, para se evidenciar a arduidade do acesso a elas e para identificar os eleitos que detêm capital político familiar e seu perfil.

Por meio dessa investigação, pode-se observar tipicidades entre os vitoriosos na corrida ao Senado e entender a representação legislativa e as questões que ela suscita na sociedade. Este estudo abrirá caminho para novas pesquisas sobre eleições para o Senado Federal, já que a temática mesmo considerada relevante, por ser sobre um cargo considerado de topo de carreira, os senadores serem bastante prestigiosos e ter, entre eles, ex-governadores e ex-presidentes, ainda é pouco explorada. Essa pesquisa é importante para a comparação de perfis dos detentores desse capital e para preencher a lacuna de estudos sobre capital familiar. Este trabalho, ainda, pode contribuir para futuros estudos sobre atribuição do ato de cuidar e de atividades ligadas ao cuidado às mulheres na sociabilidade burguesa da contemporaneidade e sobre as barreiras no ambiente profissional enfrentadas pelas mulheres que, mesmo com alto grau de instrução, enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. A divisão sexual do trabalho mostra seu reflexo também, ou principalmente, no acesso às posições de poder, como as cadeiras do Senado.

Foram eleitos 54 senadores em 2018. Destes, 20 têm capital político familiar. Como o número de senadores eleitos em 2018 com capital político familiar é mais restrito, tomou-se cuidado para não elaborar muitas generalizações a respeito desses

dados. O perfil mais comum dos senadores detentores de capital familiar eleitos em 2018 são de pessoas do sexo masculino; brancas; que possuem ensino superior completo; casadas; com mais de 60 anos, sendo a faixa etária 60 a 64 a que obteve maior número de senadores; que declararam sua ocupação como senador ou deputado; com filhos; detentores também de capital econômico; eleitos pela região nordeste e por partidos de direita e de centro; com a maioria de seus parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos públicos ou cargos de confiança de primeiro escalão sendo do sexo masculino.

BIBLIOGRAFIA

ANTÔNIO Carlos Valadares. Wikipédia, 18 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carlos_Valadares

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros. 1989-2006. Revista Política Hoje, Recife, v. 20, n. 2, p. 550-580, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2772>

AZEVEDO, Gustavo. Familiares de políticos ganham espaço em 'herança eleitoral' no RS. **G1 Notícias**, 7 de outubro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2014/noticia/2014/10/familiares-de-politicos-ganham-espaco-em-heranca-eleitoral-no-rs.html>

“BANCADA de parentes” resiste no Congresso. **Carta Capital**, 17 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-dos-parentes-resiste-no-congresso/>

BANCADA dos parentes" no Congresso tem 46 senadores e deputados. **Folha de São Paulo**, 8 de outubro de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u84878.shtml>

BARBOSA, Leonardo Martins. **O Congresso entre a racionalização e a polarização**. Necon/IESP-UERJ Rio de Janeiro, novembro de 2018. Disponível em: http://necon.iesp.uerj.br/wpcontent/uploads/2018/11/Analise_Eleicoes2018_NECON_versao3

BEZERRA, M. O. **Em nome das bases – política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BIOGRAFIAS da ditadura: José Sarney. Memórias da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/jose-sarney/>

BOURDIEU, Pierre. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Bertrand, 1989.

_____. (1986) The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (New York, Greenwood), 241-258.

BRASIL tem 147,3 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2018. **TSE**, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018>

CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas no Senado, partido a partido. **G1 Notícias**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/mdb-rede-e-pp-elegem-o-maior-numero-de-senadores.ghtml>

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos (2020). Raça e eleições no Brasil. Porto Alegre: Zouk.

CANÊDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. Cad. CEDES, Campinas, v. 18, n. 42, p. 29-52, ago. 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000100004&lng=pt&nrm=iso

_____. Caminhos da memória: parentesco e poder. Textos de História. Brasília, v. 2, n3, p. 85-123, 1994.

_____ . Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Proposições*. Campinas, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CODATO, Adriano; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 111-135, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702017000300111&lng=en&nrm=iso

COM sete senadoras eleitas, bancada feminina no Senado não cresce. **Agência Senado**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/com-sete-senadoras-eleitas-bancada-feminina-no-senado-nao-cresce>

COSTA, Luiz Domingos. *Os Representantes dos estados no Congresso = composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)*. 2010. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279218>

COSTA, Luiz Domingos; Bolognesi, Bruno; Codato, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, n. 7, maio 2013. p. 1-20. ISSN. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.7-2013.pdf>

COSTA, LD., e CODATO, A. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: MARENCO, A., org. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* [online]. Porto Alegre: Editora da

UFRGS, 2013, pp. 107-134. Disponível em:
<http://books.scielo.org/id/bfwrk/pdf/marenco-9788538603849-06.pdf>

DINASTIA. **Wikipedia**, 20 de janeiro de 2021. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia>

DINASTIAS políticas do Brasil lançam mais de 60 candidatos nas eleições. **Folha de São Paulo**, 19 de agosto de 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/dinastias-politicas-do-brasil-lancam-mais-de-60-candidatos-nas-eleicoes.shtml>

ELEIÇÕES 2018: bancada de parentes cresce no Congresso Nacional. **Diap**, 22 de novembro de 2018. Disponível em:
<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88898-eleicoes-2018-bancada-de-parentes-cresce-na-camara-dos-deputados>

ENTENDA a Atividade Legislativa. **Agência Senado**. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/sobre-atividade>

ESPERIDIÃO Amin. **Wikipédia**, 19 fevereiro de 2021. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Esperidi%C3%A3o_Amin

ESTATÍSTICAS de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>

FERREIRA, Ana Paula Lopes. O Perfil dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1930) e os seus Posicionamentos sobre a Questão Partidária e o Federalismo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre – RS, abril/2019. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196131/001094671.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FERNANDES; Sabrina de Carvalho Ribeiro Jacoby; **A perpetuação de dinastias políticas na nova ordem democrática brasileira e a importância do comando de meios de comunicação**; Monografia para graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília; Brasília; 60; 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18512/1/2017_SabrinadeCarvalhoRibeiroJacobyFernandes.pdf

IRIS de Araújo. **Wikipédia**, 5 de janeiro de 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Iris_de_Ara%C3%BAjo

JUNIOR, José Lázaro Ferreira Barros. Relações de parentesco como alavancagem para conversão de capital político. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.1, p. 193-208, maio 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52565/32310>

Karina KUSCHNIR. O cotidiano da política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000. 162 páginas.

LEMOS, Leany Barreiro (Org.). O Senado Federal brasileiro no pós-constituente. Brasília: **Agência Senado**, 2008. 461 p. (Edições Unilegis de Ciência Política, v. 4). Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>

LEÃO; Natalia, FERREIRA; Lola. Capital familiar ainda é rota de acesso à política para 1/3 das deputadas estaduais. **Gênero e Número**, 12 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/capital-familiar-ainda-e-rota-de-acesso-a-politica-para-13-das-deputadas-estaduais/>

LENKIE; Manuela, GUEDON; Philippe. A representação feminina no Rio de Janeiro: a influência do capital político herdado no sucesso eleitoral. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora**, n. 23 (2017), pp. 193-208, 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/wp-content/uploads/2018/07/A-REPRESENTA%C3%87%C3%83O-FEMININA-NO-RIO-DE-JANEIRO-A->

[INFLU% C3% 8ANCIA-DO-CAPITAL-POL% C3% 8DTICO-HERDADO-NO-SUCESSO-ELEITORAL-Manuela-Lenkic-e-Phillipe-Guedon.pdf](#)

LISTA dos “cabeças” do congresso nacional e dos parlamentares em “ascensão”. **Diap**, setembro de 2018. Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/oscabecasdocongressonacional_2018_im_prensa.pdf

MACIEL, A. P. B. ALARCON, A. O. & GIMENES, E. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834>

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 22, n. 64, p. 93-113, Jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092007000200008&lng=en&nrm=iso

MARENCO, A., org. Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, 226 p. ISBN 978-85-386-0384-9. Disponível em doi: 10.7476/9788538603849. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bfwrk/epub/marenco-9788538603849.epub>

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 20, p. 115-134, Jun 2003 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010&lng=en&nrm=iso

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados [online]. 2015, vol.58, n.3 [cited 2020-09-29], pp.721-747.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=iso

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites da Paraíba (1985-2015). 290 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, Brasil, 2016.

_____. Parentesco e Representação Política: A Força do Capital Político Familiar na 54ª Legislatura no Congresso Nacional. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.2, p. 561-579, maio 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/47008/28200>

NEIVA, Pedro; Izumi, Maurício Perfil Profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 29, núm. 84, febrero-, 2014, pp. 165-188 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10730645011.pdf>

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 430-438, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300430&lng=en&nrm=iso

NORRIS, P. 1997. Passages to Power. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias Políticas e Desempenho Eleitoral nas Eleições de 2010. 8º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política- ABCP 2012. Departamento de Ciências Sociais. UFPR. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/02/familias-politicas-e-desempenho-eleitoral-nas-eleicoes-2010.pdf>

_____. Famílias Políticas e Desempenho Eleitoral nas Eleições de 2014
Família como variável política nas eleições. Revista NEP (Núcleo de Estudos
Paranaenses), Curitiba, v.2, n.4, p. 1-4, setembro 2016.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do
poder. Tradução de Fernando Correa Prado] – 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões,
2014.

POLÍTICA no Rio Grande do Sul também é Assunto de Família. **Repórter Brasília**,
12 de abril de 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/politica-no-rio-grande-do-sul-tambem-e-assunto-de-familia/>

QUANTITATIVO e situação dos(as) candidatos(as). **TSE**, 2018. Disponível
em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

RETROSPECTIVA 2018: o que mais marcou o último ano? **Politize**, 3 de janeiro de
2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/retrospectiva-2018-relembre-o-ultimo-ano/>

ROMERO Jucá. **Wikipédia**, 2 de fevereiro de 2021. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Romero_Juc%C3%A1

SANTOS, F. 2000. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas
políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. Dados, Rio de Janeiro, v.
43, n. 4, p. 637-669.

SARDINHA, Edson. A Incrível bancada dos parentes no Senado. **Congresso em
foco**, 07 de agosto de 2017. Disponível
em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-incrivel-bancada-dos-parentes-no-senado/>

SENADORES. **Radar Congresso em Foco**, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em:
<https://radar.congressoemfoco.com.br/parlamentares/senado>

SIAVELIS, P. 2005. La Lógica Oculta de la Selección de Candidatos en las Elecciones Parlamentarias Chilenas. Estudios Públicos, Santiago, n. 98.

SIGNIFICADO de dinastia. **Dicionário Online de Português**, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dinastia/#:~:text=substantivo%20feminino%20Processo%20de%20sucess%C3%A3o,de%20magnatas%3B%20dinastia%20de%20economistas>

SHALDERS, André. Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico. **BCC**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>

VEJA quais são os senadores eleitos em 2018. **Agência Senado**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/veja-quais-sao-os-senadores-eleitos-em-2018>

ZIGONI; Carmela. Perfil do poder nas Eleições 2018: importantes conquistas, poucas mudanças. **Inesc**, 15 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/perfil-do-poder-nas-eleicoes-2018-importantes-conquistas-poucas-mudancas/>

ANEXO I

Classificação ideológica dos partidos políticos de acordo com CAMPOS e MACHADO, 2020

Esquerda	Centro	Direita
REDE	MDB	PP
PT	PSD	DEM
PDT	PSDB	PSL
PSB	PHS	PTB
	PPS	PODE
		PR
		PRB
		PROS
		PRP
		PSC
		SD